



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**MESTRADO EM SOCIOLOGIA DE
DESENVOLVIMENTO**

Análise das Artes Performativas no Desenvolvimento Local: Um
Estudo de Caso sobre a Contribuição das Danças Makwayela e
Mutimba no Distrito de Boane

Proponente: Leonilde Marcelo Chiulele

Supervisor: Prof. Doutor Orlando Nipassa

Maputo, Julho de 2022

ANÁLISE DAS ARTES PERFORMATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS DANÇAS MAKWAYELA E MUTIMBA NO DISTRITO DE BOANE

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, UEM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia de Desenvolvimento.

Júri

Supervisor	Presidente	Arguente	Data
			___/___/___

Leonilde Marcelo Chiulele

Maputo, Julho de 2022

Declaração de Honra

Eu, Leonilde Marcelo Chiulele, declaro por minha honra que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau académico, seja nesta universidade ou em qualquer outra instituição de ensino superior, e a mesma é o resultado do trabalho de pesquisa por mim realizado desde os meados de 2020. Para a conclusão deste trabalho recorri a várias fontes, designadamente: escritas, orais, trabalho de campo e às orientações metodológicas e científicas do meu supervisor. A informação obtida das várias fontes foi citada neste trabalho de dissertação em conformidade com as regras definidas pela metodologia científica.

Maputo, Julho de 2022

Leonilde Marcelo Chiulele

Dedicatória

“Somente através da ajuda e da inteligência infinita de Deus que este trabalho foi concluído de forma satisfatória. Agradeço e dedico esta dissertação a Ele.”

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida e pelas oportunidades que me tem dado por ser ele a fonte inesgotável de poder ilimitado e eficaz.

Endereço um especial agradecimento à toda coordenação da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), pela bolsa que permitiu dois anos de formação académica diferenciada e de qualidade. Igualmente agradeço ao Professor Doutor Isaú Menezes pelo incentivo para ingressar no programa de mestrado e por ter-me mostrado que existe muito a se explorar na área artístico-cultural.

Ao meu supervisor, o Professor Doutor Orlando Nipassa, vai um especial agradecimento e admiração pela forma sábia, didáctica e paciente na ministração dos conteúdos na sala de aulas, bem como na orientação aquando da elaboração desse trabalho; uma inesquecível experiencia, “ *Well done, 10 points*”.

Deixo um grande agradecimento ao governo local do distrito de Boane, representado pelo Conselho Municipal da Vila de Boane e Serviços Distritais de Educação, Juventude e Cultura e dos artistas do mesmo distrito, que se disponibilizaram a responder às muitas questões, entre muitas conversas e partilhas. Ao Sr Marcelo vai um agradecimento especial, que apesar de não nos conhecermos pessoalmente, foi de grande facilitação em todos processos no campo de pesquisa. Estende-se também ao Sr. David, Sra. Angélica, Sr. Saimon e ao Sr. Mabunda, pela simplicidade, acolhimento e todo o apoio prestado. A minha irmã amiga e assistente de pesquisa Donícia Chiulele, muito obrigada por sempre estar disponível para mim e pelo suporte, ao meu cassula Pedro Chiulele, pelo suporte técnico informático.

Agradeço ao Departamento de Pós graduação em Sociologia, especialmente aos meus professores do curso do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento pela humildade científica na transmissão do conhecimento. Aos meus colegas do Curso, que sempre nos motivamos uns aos outros, tirando o máximo proveito, pelo dinamismo, o meu agradecimento a todos, em especial ao Dércio Machavate, Lucas Castro, Kingnide Aurel e Catija Maivasse, Sandra Mapilele serão sempre lembrados com muito carinho.

À minha família, agradeço pelo apoio em todos os momentos, meus pais Marcelo Chiulele e Ricardina Malembe (em memória), pela sua tamanha simplicidade. Um especial agradecimento, ao meu (esposo) companheiro de todas batalhas, Miguel Vilanculo, pelo incentivo, admiração, apoio e acreditar demais em mim, e permitir que a cada dia se possa fazer uma melhor versão de mim. Aos meus filhos, Nelsa Yothasse e Nelvis Wezu, luz da minha vida, pelo amor e carinho que mesmo sem muito entender

depositaram em mim, mesmo quando tive que me ausentar para cumprir parte dessa dissertação.

Enfim, a concretização desta dissertação não passou apenas por mim, como também por todos os que fizeram parte da minha vida nesse percurso, endereço o meu muito obrigado.

Resumo

A presente dissertação é um estudo de caso, que analisa a contribuição das danças Makwayela e Mutimba no desenvolvimento local, envolvendo a interação entre os artistas e as instituições que gerenciam a cultura no distrito de Boane. Defende-se o argumento segundo o qual, as artes performativas contribuem para o desenvolvimento local através da mudança de mentalidades de todas camadas sociais envolvidas na gestão artística, sensibilidade artística, reconhecimento do valor artístico, liberdade e a participação comunitária. Nessa pesquisa de natureza qualitativa, aplicou-se entrevistas semi-estruturas a quatro (4) funcionários dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Cultura, três (3) funcionários do Município da Vila de Boane e seis (6) artistas, totalizando treze (13) participantes. Com base na teoria de Desenvolvimento Humano de Amartya Sen, constatou-se que os artistas não gozam de total liberdade para exporem as suas necessidades e reivindicarem os seus direitos artísticos. Desta feita, concluiu-se que as artes performativas tem baixa contribuição para o desenvolvimento local no distrito de Boane, uma vez não haver alinhamento entre os objectivos do Plano Estratégico da Cultura e a realidade em estudo.

Palavras-chave: Dança, Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Local.

Abstract

The present dissertation is a case study that analyzes the contribution of Makwayela and Mutimba dances in local development, involving the interaction between artists as institutions that manage culture in the district of Boane. The argument is defended according to which the performing arts contribute to local development by changing the mentalities of all social strata involved in artistic management, artistic sensitivity, recognition of artistic value, freedom and community participation. In this qualitative research, four semi-structure interviews were applied to (4) employees of the District Services of Education, Youth and Culture, three (3) employees of the Municipality of Boane and six (6) artists, totaling (13) participants. Based on the theory of Human Development by Amartya Sen, it has found that artists do not enjoy complete freedom to expose their needs and claim their artistic rights. This time, it was concluded that the performing arts have a low contribution to local development in the district of Boane, since there is no alignment between the objectives of the Strategic plan for Culture and the reality under study.

Keywords: Dance, Human Development and Local Development

Lista de siglas e acrónimos

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

ISArC – Instituto Superior de Artes e Cultura

PIB – Produto Interno Bruto

UE – União Europeia

EUA – Estados Unidos de América

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

CMVB – Conselho Municipal da Vila de Boane

DDCJUD – Direção Distrital da Cultura, Juventude e Desporto

DID – Discurso Interpretativo Dominante

MVB – Município da Vila de Boane

PDB-PM – Perfil do distrito de Boane – Província de Maputo

PESOD – Plano Económico Social e Orçamento do Distrito

PEC – Plano Estratégico da Cultura

RH – Recursos Humanos

SDEJC – Serviços Distritais de Educação, Juventude e Cultura

ONG's – Organizações não-governamentais

UGEA – Unidade Gestora Executora das Aquisições

Índice	
Declaração de Honra	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vi
Lista de siglas e acrónimos.....	vii
Introdução.....	1
Justificativa do estudo	2
Definição dos objectivos do estudo	3
Objectivo geral	3
Objectivos específicos	3
Problematização da pesquisa	3
Pergunta de partida:.....	7
Hipótese.....	7
Justificativa da hipótese.....	7
Estrutura da dissertação	7
CAPÍTULO I- ESTADO DA ARTE DA RELAÇÃO CULTURA E	
DESENVOLVIMENTO.....	9
1.1. Contextualização do tema.....	9
1.2. Política Cultural e Estado	10
1.3. Cultura como factor de desenvolvimento.....	12
1.4. Equipamentos culturais e conscientização artística.....	15
1.5. A dimensão económica da cultura.....	17
CAPÍTULO II- QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL	21
2.1. Teoria de Desenvolvimento Humano	21
2.2. Quadro conceptual e operacional	22
2.2.1. Dança.....	23

2.2.2. Desenvolvimento Humano	23
2.2.3. Desenvolvimento local	24
CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
3.1. Pesquisa qualitativa	26
3.2. Instrumentos de colecta de dados	26
3.3. Amostra da pesquisa	27
3.3.1. Critérios de selecção da amostra	28
3.4. Técnicas de Análise de Dados	28
3.5. Considerações Éticas na Pesquisa	29
CAPITULO IV- APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	30
4.1. Perfil socioeconómico do distrito de Boane	30
4.2. Principais manifestações culturais do Distrito	31
4.3. Governação participativa envolvendo artistas	32
4.3.1. Imagens alusivas a governação participativa e suas legendas	33
4.4. Manifestações artístico-culturais ocorridas no distrito	34
4.4.1. Imagens alusivas a manifestações culturais e suas legendas	37
4.5. Reflectir cultura e desenvolvimento no distrito de Boane.....	37
4.6 Análise das políticas, Estratégias e Desafios da gestão da cultura	40
4.6.1. Análise da política cultural e sua implementação	41
4.6.2. Governo local e gestão da área artístico-cultural.....	44
4.6.3. Soluções localmente implementadas para alavancar a cultura	48
4.6.4. Desafios na gestão artístico-cultural em Boane.....	51
4.7. Relações estabelecidas entre os órgãos locais e os artistas	54
4.7.1. Relações de entrosamento e pertença à comunidade	54
4.7.1. Frustração artística com o governo local	57
4.8. Considerações Finais	63

Referências Bibliográficas.....	65
Consentimento informado.....	67
GUIÃO DE ENTREVISTA PARA RECOLHA DE DADOS	68
GUIÃO DE ENTREVISTA PARA RECOLHA DE DADOS	70

Índice de tabelas

Tabela 1.5.1. Contribuição dos sectores culturais e criativos em 2003 em economias europeias seleccionadas	18
Tabela 4.3.2 Resumo sobre a governação participativa segundo o Relatório do fim do mandato autárquico 2014-2018	34
Tabela 4.4.3 Resumo das actividades culturais realizados de 2014-2018.....	37

Índice de figuras

Figura 1: Modelo de anéis concêntricos.	20
Figura 2: Reunião com líderes religiosos	33
Figura 3: Reunião com líderes religiosos	33
Figura 4: Reunião com munícipes da Vila	33
Figura 5: Líderes tradicionais e comunitários	33
Figura 6 Danças tradicionais	37
Figura 7: Festival distrital de cultura.....	37
Figura 8: Festival Municipal de cultura.....	37

Introdução

O sector económico da cultura tem evidenciado uma tendência para o crescimento, sendo que a nível internacional, considerado como uma das actividades que apresentam maior dinamismo. Além de ser definido como uma actividade económica, a cultura pode também ser entendida e analisada enquanto fenómeno social que resulta no bem-estar social e num conjunto de práticas socioeconómicas e culturais, enquadradas num contexto específico.

O tema de desenvolvimento e cultura tem sido desenvolvido recentemente nas diversas áreas de saber e com maior exploração ao potencial dos activos humanos para a sua sustentabilidade, e a cultura sendo um recurso produzido, partilhado e sustentado por uma comunidade integra-se nos processos do desenvolvimento comunitário. De acordo Barros *et al* (2009) a dança enquanto actividade de índole cultural e socialmente construída, por um lado, e enquanto meio de construir conhecimento do mundo e de transmitir experiências, por outro, representa a cultura. Todavia, integra-se nessa análise de desenvolvimento local.

Botelho (2008, P. 104) sustenta que, “ a área cultural foi progressivamente inscrita no conjunto de necessidades nacionais e deixou de ser vista como algo supérfluo e marginal à vida social. Com isso o sector cultural passou a exigir mais pragmatismo e objectividade nas decisões relativas ao sector”. Portanto, entender os processos de desenvolvimento local implica reconhecer a diversidade de situações e potencialidades que se pode associar às iniciativas locais.

A cultura cobre a criação artística, bem como a interpretação, execução e circulação das obras de arte, cultura física, desporto, jogos e actividades ao ar livre e também as formas como uma sociedade e os seus membros exprimem os seus sentimentos para com a beleza e harmonia, a sua visão do mundo, como também os modos de criação científica e tecnológica e o controle do seu ambiente natural”(Declaração Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural,2005).

A presente dissertação busca perceber de que forma as artes performativas, com enfoque nas danças Mutimba e Makwayela contribuem para o desenvolvimento local, articulando a interação entre os artistas e as instituições que gerenciam a cultura no distrito de Boane. Do ponto de vista metodológico, recorreu-se a pesquisa qualitativa, onde se baseou nas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, para rever a literatura existente sobre a questão. Para a coleta de dados, privilegiou-se as entrevistas semi-estruturadas e a observação assistemática.

Defende-se que as artes performativas contribuem para o desenvolvimento local através da mudança de mentalidades de todas as camadas sociais envolvidas na gestão artística, sensibilidade artística, reconhecimento do valor artístico, liberdade e a participação comunitária. Aplicou-se a teoria de Desenvolvimento Humano de Sen. Segundo Sen (2005), o desenvolvimento como liberdade, permite a ampliação das capacidades humanas, destacando o papel das liberdades dos indivíduos no processo de elevação do seu bem-estar. O artista livre e portador de direitos humanos universais, poderá promover o seu bem-estar e reivindicar para a mudança social junto as estruturas competentes ao seu benefício, através da liberdade económica, política, oportunidade social, sendo que eles escolhem os elementos que promovem a sua satisfação.

Estudiosos com interesse no desenvolvimento local, como Rosas e Cândido (2008), Amaro (2009), Tomé (2011), Santos (2012), Nipassa (2016), concordam sobre a necessidade da articulação entre os actores sociais envolvidos nas áreas específicas, nas práticas participativas, assumindo a comunidade o protagonismo nesse processo de modo a alcançar os fins propostos. Rosas e Cândido (2008) sugerem a necessidade de criação de mecanismos que possibilitem a participação mais directa da comunidade na formulação, no detalhamento e na implementação das políticas públicas dentro do princípio de que existe uma relação directa entre o desenvolvimento local e a participação da sociedade.

Justificativa do estudo

Temáticas ligadas às políticas culturais e desenvolvimento local, destacam-se como uma linha de pesquisa do interesse da autora. Nesse âmbito, espera-se sintetizar conhecimentos e formular novas aprendizagens, que contribuam para o constante projeto de conhecimento da relação entre cultura e desenvolvimento local, vendo-o como um bem comum para a comunidade científica/académica, para a comunidade em estudo e para o desenvolvimento de políticas adequadas a um desenvolvimento local.

A nível social, o estudo é relevante a medida que procura teorizar práticas culturais tão naturais por parte dos actores sociais, e destacar os seus contributos para coesão social, desenvolvimento socioeconómico e na sua manutenção de tradições endógenas através da gestão e dinamização das identidades comunitárias, bem como para o desenvolvimento de alternativas políticas e económicas para a promoção do bem-estar comunitário, que tenham por base o social, a cultura e a natureza.

Do ponto de vista académico, justifica-se a pertinência do estudo, uma vez que o tema da relação entre cultura e desenvolvimento tem ganho vários destaques a nível internacional, sendo que a área artístico-cultural deixou de ser vista como uma área marginal, ganhando mais pragmatismo, constando das agendas e estratégias políticas de modo a fazer crescer as economias, proporcionando um bem-estar as comunidades e agentes culturais. Em Moçambique existem escassos estudos que tratam desta abordagem ganhando destaque Ngoenha (1994), Landgraf (2004), Tomé (2011), Meigos (2011), Meigos (2018), Meneses (2019) e Muocha et al (2020). Não obstante esses estudos, não fazem uma abordagem localizada mas sim numa forma genérica. Ainda no âmbito desse estudo, o tema revela-se importante porque dá enfoque nas relações sociais entre atores sociais e estrutura social (representada pelos serviços que tutelam a área da cultura a nível distrital), destacando a importância da participação da comunidade artística, como protagonistas do processo e não como espectadores.

Definição dos objectivos do estudo

Objectivo geral

- Analisar a relação entre artes performativas e desenvolvimento local no distrito de Boane.

Objectivos específicos

- Identificar as principais manifestações culturais desenvolvidas no distrito de Boane;
- Avaliar os programas, políticas e as estratégias de financiamento implementadas e sua gestão;
- Perceber as relações estabelecidas entre os órgãos locais de tutela e os artistas.

Problematização da pesquisa

A relação cultura e desenvolvimento, embora tenha sido foco de debates desde os anos 1970 pela UNESCO, em Moçambique só veio a fazer parte da política pública oficialmente a partir da Política Cultural e Estratégia da sua Implementação de 1997 e mais tarde através do Plano Estratégico da Cultura em 2012.

O Plano Estratégico da Cultura de 2012-2022, tem como objectivo geral a promoção da Cultura como factor de desenvolvimento económico, social e humano em Moçambique, através da proteção, promoção e valorização do património cultural nacional, da estruturação e desenvolvimento dos sectores de actividade cultural, e de uma melhor participação dos diferentes componentes da sociedade moçambicana na dinâmica cultural e no acesso universal à Cultura.” (PEC, 2012)

Autores como Ngoenha (1994), Landgraf (2004), Tomé (2011), Meigos (2011), Meigos (2018), Meneses (2019) e Muocha et al (2020), vem levantando reflexões sobre a temática, embora com abordagens diferenciadas. Enquanto Ngoenha (1994), Landgraf (2004) e Meigos (2011) dão mais enfoque a questões da relação entre cultura e identidade, no sentido de transmissão e criação de mais autoconsciência aos moçambicanos no período pós-colonial. Tomé (2011), Meigos (2018), Meneses (2019) e Muocha et al (2020), discutem mais sobre relação entre cultura e a geração da renda e questionam as políticas culturais adoptadas e os instrumentos usados para medir os ganhos económicos advindos dessa área em particular.

Em 2011 decorreu um ciclo de palestras organizado pelo Gabinete de Estudos da Presidência da República, com vista a partilha e auscultação de ideias com diferentes segmentos da sociedade, e por conseguinte permitir aos decisores criar estratégias de integração regional a nível da África Austral, dentre as quais deu-se espaço aos painéis de cultura, para fazer as suas contribuições e colocarem sugestões sobre como alavancar o sector da cultura para geração de renda nacional.

Adoptar a cultura como factor de desenvolvimento económico, constitui um dos objectivos do milénio, por ser este um dos garantes dum desenvolvimento inclusivo e sustentável. O Relatório Mundial da UNESCO tem como terceiro objectivo, “Convencer os decisores e as diferentes partes intervenientes sobre a importância em investir na diversidade cultural como dimensão essencial do diálogo intercultural, pois ela pode renovar a nossa percepção sobre o desenvolvimento sustentável, garantir o exercício eficaz das liberdades e dos direitos humanos e fortalecer a coesão social e a governança democrática.”¹

<https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/9-processos-patrimoniais-em-afrika/cultura-e-desenvolvimento/a-formacao-de-estrategia-das-politicas-culturais/os-indicadores-unesco-para-a-cultura-e-desenvolvimento>, acessado no dia 26 de Março de

Em resposta a esse objectivo, o governo moçambicano, não só criou instrumentos acima referidos, na figura do Ministro da Cultura na altura, Armando Artur, anuncia que,

O plano estratégico da Cultura tem como objectivo promover a cultura como factor de desenvolvimento económico, social e humano em Moçambique como forma de dar resposta à emergência global da nova economia criativa que gera milhões de empregos no turismo cultural, música, teatro, dança, artesanato e artes plásticas nas indústrias criativas, e, ao mesmo tempo dar resposta à ansiedade da sociedade moçambicana em perceber até que ponto o sector da cultura contribui no PIB - Produto Interno Bruto.

(Folha de Maputo, 2014).

Embora constitua uma questão de interesse a nível nacional e na formulação das políticas públicas, particularmente para o Ministério de tutela (Ministério da Cultura e Turismo), o qual a nível provincial e distrital engloba as secções da educação, tecnologia e desporto, nota-se que ainda não se dá muita primazia ao sector cultural, daí a falta de redimensionamento estratégico para as políticas culturais. O que se justifica através da verba orçamental que é destinada ao sector e nos planos de actividades nas autarquias locais e Serviços Distritais de Educação e Cultura, onde mais se preocupam com a criação e/ou manutenção de infra-estruturas e na área da educação e juventude uma vez pertencente ao mesmo sector.

De acordo com PEC (2012) no País, o potencial cultural tem sido inexplorado em grande medida. Todavia, as actividades artístico-culturais constituem um potencial infalível para o desenvolvimento do país, contando que seja objecto de estratégias efectivas de reestruturação.

Por outro lado, numa dimensão antropológica a dança representa uma forma de cultura. Segundo Soromenho (2013) a sua criação e a sua prática são vistas como uma responsabilidade colectiva. E é a comunidade que dita as regras que orientam a criação e a prática da dança.

Todavia, destaca-se que a dança como uma manifestação cultural, cria um vínculo muito forte com o praticante, passa a fazer parte dele, dificultando desta forma a sua dissociação. Dai resulta que, a maioria dos artistas estão acostumados a praticar a dança que ainda não se aperceberam do papel que as artes performativas podem assumir nas políticas de desenvolvimento local, quer como veículo de qualificação dos cidadãos

e das instituições face a globalização e à sociedade do conhecimento, o que implica significativas alterações na forma e no conteúdo do desenvolvimento local.

Hall (2006) destaca que, o facto de as culturas nacionais produzirem sentidos sobre "a nação", através de estórias sobre ela contadas, onde se conectam presente e passado, sustenta a construção de identidades. Ou seja, como avança Ngoenha (1994:10) “Para o Homem a importância da cultura é tal, que faz dela a segunda natureza, sem a qual, aliás, não pode viver”.

Embora as danças “tradicionais” estejam intrinsecamente vinculadas a história dos africanos e aos processos identitários, criando desta forma um sentido de pertença. Face a conscientização das potencialidades que as artes podem proporcionar na melhoria das suas condições e na promoção do bem-estar social, destaca-se necessidade de uma manifestação artística junto as estruturas locais de gestão artística, em prol da exigência dos seus direitos e deveres como sujeitos.

Ao analisar o período em que foi elaborado o plano estratégico da cultura, até o período do desenvolvimento dessa pesquisa, são poucas evidências notáveis no que respeita aos feitos envolvendo a relação cultura e desenvolvimento. O que dá a entender que há pouco ou talvez nenhum monitoramento dos objectivos propostos.

A nível global, a questão cultural foi sempre colocada numa posição subalterna em relação as outras, sendo vista como despesa, ou ainda como algo marginal e de entretenimento dos próprios fazedores da cultura. Rubim (2012, p. 15) aponta que “historicamente, a relação entre cultura e política foi sempre marcada pelo domínio da finalidade política e instrumentalização da cultura”.

Concorda-se com Rubim (2007), quando avança que, a formulação e execução de uma política cultural democrática e abrangente necessita de vários recursos para se alcançar os objectivos. Os recursos podem ser humanos, legais, materiais e financeiros. Tomé (2011) acrescenta que deve-se investir na educação e em sistemas integrados com uma atuação em rede envolvendo outros *stakeholders* como são os média, os críticos e agentes privados, cujo papel crucial do Estado e do Governo no seu fomento possa existir, possibilitando a criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento.

Analisando a relação entre a cultura e o desenvolvimento local em Boane, com foco nos artistas praticantes das danças Mutimba e Makwayela, e as estruturas que gerem a área cultural a nível dos órgãos locais no distrito, acredita-se que o entendimento desta complexa questão, demanda perceber o acompanhamento dado a

política cultural disponível e as relações envolvendo os actores sociais e a estrutura que compete a gestão do pelouro.

Pergunta de partida:

- De que forma é que as artes performativas contribuem para desenvolvimento local no distrito de Boane?

Hipótese

- ✓ As artes performativas contribuem para o desenvolvimento local no distrito de Boane através da mudança de mentalidades, sensibilidade artística, reconhecimento do valor artístico, liberdade e participação de todas camadas sociais na gestão artístico-cultural.

Justificativa da hipótese

A hipótese formulada justifica-se pelo facto de o desenvolvimento não ser um fenómeno isolado mas que, tradicionalmente está vinculada as relações de poder envolvendo as esferas económicos, políticos, sociais e culturais. Todavia, a promoção e valorização das actividades artístico-culturais pode melhorar a qualidade de vida das pessoas, pois permite geração de renda e criação de empregos, aliado a valorização e reconhecimento da identidade cultural nacional.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação esta organizada em quatro capítulos, subdividido em sessões e subseções.

O primeiro capítulo apresenta o estado da arte, onde faz-se a contextualização do tema, seguido pelo debate sobre as políticas culturais no mundo e em Moçambique, a seguir discute-se sobre a distribuição dos equipamentos culturais e a relevância desses na questão cultura e desenvolvimento, segue-se a articulação do subtema cultura como factor de desenvolvimento, por fim elucida-se sobre os dados da dimensão económica da cultura em diversos contextos.

No segundo capítulo, apresenta-se o quadro teórico que permitiu a análise do objecto de estudo, a Teoria de Desenvolvimento Humano de Amartya Sen, e depois passou-se para conceptualização dos principais conceitos da pesquisa.

Na terceira fase, foi reservado a descrição metodológica. Onde se apresenta o tipo de pesquisa, o método e as técnicas usadas para a colecta de dados, apresenta-se igualmente a técnica de análise de dados e os procedimentos éticos considerados na pesquisa.

Por fim, o último capítulo foi destinado a apresentação, análise e interpretação dos resultados da pesquisa, que está dividido em diferentes momentos. Desde, a apresentação do perfil do distrito, descrição das principais manifestações culturais do distrito e os dados sobre os eventos ocorridos e sobre a governação participativa. Num outro momento faz-se a análise da implementação da política cultural no distrito e as estratégias encontradas a nível dos distritos para alavancar a cultura, e analisa-se os desafios atravessados pelos dois grupos. Este capítulo é seguido pelos elementos pós textuais, onde fazem parte as considerações finais e as referências bibliográficas.

CAPÍTULO I- ESTADO DA ARTE DA RELAÇÃO CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, apresenta-se o estado da arte sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, trazendo um panorama geral acerca do tema a nível internacional e em Moçambique, por fim discutir sobre a distribuição de equipamentos culturais em Moçambique.

1.1.Contextualização do tema

A relação entre cultura e desenvolvimento tem constituído tema de debate em diversos contextos a nível mundial. Embora os conceitos de cultura e desenvolvimento tenham uma origem diferente, tendo o primeiro surgido por volta dos séc. XVIII e pertencer as disciplinas de sociologia, antropologia, e outra por sua vez no séc. XX e ter como disciplina de maior enfoque a economia. A origem deste debate tem enfoque nos congressos havidos a partir dos anos 1970, pela UNESCO.

Nascido do confronto de interesses entre países, de como tratar e localizar a cultura, encarada através da crescente dimensão económica que ela vem assumindo, o debate foi inicialmente desencadeado pela França, através do accionamento do termo *exception culturelle*. Para impedir que a cultura fosse tratada como uma mercadoria qualquer como pretendiam alguns países tendo a frente os Estados Unidos da América, e fosse inscrita nos fóruns e procedimentos da Organização Mundial do Comércio”. (Rubim, 2012)

Num estudo sobre a economia da cultura, o BNDES² e o desenvolvimento sustentável, Gorgulho *et al* (2009), mostram que o banco apoiara a cultura ao longo dos primeiros dez anos de actuação, no que diz respeito ao restauro de património histórico arquitectónico, na preservação de acervos e no apoio à produção cinematográfica. (Gorgulho *et al*, 2009).

Portanto, o estudo mostra que em “2006, o BNDES tomou uma decisão estratégica de, incorporar a economia da cultura à estrutura operacional da Instituição, tratando o sector como mais um dos sectores económicos apoiados pelo Banco e criando outros instrumentos financeiros que dessem conta de suas necessidades específicas.” (Gorgulho, *et al*, 2009, p.300). Porém, apontam ainda os autores que foi

² Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social

desafiador uma vez tratar-se de um sector pouco estruturado de ponto de vista empresarial e com pouca tradição de relacionamento bancário.

A questão cultural ao longo dos anos, a nível global foi tida como despesa, ou ainda como algo marginal e de entretenimento dos próprios fazedores da cultura. “Historicamente, a relação entre cultura e política foi sempre marcada pelo predomínio da finalidade política e instrumentalização da cultura. Agora acontece uma radical guinada, na qual a cultura é o fim e a política apenas o recurso para atingir esse fim.” (Rubim, 2012, p. 15)

Francisco (2007:67), refere que “se for visto como processo global e dirigido a todas as camadas da população, o desenvolvimento pode ser de facto uma questão a ser explicada levando em conta a estrutura de relações de sociedade a nível do económico, do político e de cultural” (...)

Portanto, na contemporaneidade, destaca-se uma nova perspectiva quando se olha a questão cultural, onde passa a se incorporar nas preocupações do estado, não mais apenas como despesa, mas também como recurso para arrecadar receitas para o desenvolvimento das sociedades.

Em Moçambique, no que tange a questão cultura e desenvolvimento, mostra-se uma nova perspectiva. Através do (PEC, 2012, P. 29) aponta que,

“A Política Cultural ora em vigor em Moçambique datada de há cerca de 30 anos, sua concepção foi inspirada pela necessidade de afirmação da moçambicanidade, que caracterizou os primeiros anos da independência, tornando a Cultura como factor determinante de construção da identidade nacional. No entanto, a compreensão do conceito de Cultura e do papel que esta desempenha na sociedade foi mudando de forma considerável, pelo que a Cultura se enquadra, actualmente, num sistema socioeconómico no qual a iniciativa individual e colectiva é fundamental, e onde qualquer tipo de intercâmbio com o mundo exterior insere-se num mundo globalizado.”

Segundo PEC (2012), para que o processo da nova política possa colher resultados, é importante que o mesmo se valha pelos princípios da Participação, Transparência, Informação, Integração e Respeito pela diversidade de opiniões.

1.2. Política Cultural e Estado

Face ao papel de gerência da coisa pública e garante do bem-estar na sociedade, o estado tem igualmente um papel fundamental na criação de políticas culturais e, especificamente na sua promoção, proteção visando garantir o acesso a bens e serviços culturais a todos cidadãos, traçando estratégias para a sua sustentabilidade.

A literatura demonstra que em diversos contextos, o estado exerce um papel crucial para alavancar a economia da cultura a partir de modalidades diversas. Sejam elas por meio de criação de estratégias, programas, patrocínio direto, ou por meio de controlo e levantamento de informações sobre as actividades culturais desenvolvidas, em termos de articulações de diferentes agentes culturais e promotores interessados nestas actividades.

Gilberto Gil, antigo Ministro da Cultura em Brasil 2003-2008, na obra de Reis (2006) aponta que,

Desfazendo estereótipos, a economia da cultura tornou-se estratégia de política pública em diversos países da Europa, Oceânia e América do Norte. As oportunidades são imensas. Para aproveitá-las por completo, é preciso ter uma visão global integrada das diversas facetas do caleidoscópio da cultura, entrelaçando relações económicas e valores simbólicos, instrumentos nacionais de intervenção e acordos multilaterais, turismo e património cultural, economia criativa, políticas públicas de desenvolvimento e um enorme filão de negócios para o sector privado, ainda pouco explorado.

Reis (2006, p. 02)

Gilberto Gil sustenta que “o apoio à economia da cultura se inscreve dentro de uma nova estratégia de desenvolvimento, que serve ao Brasil e a outros países emergentes.” (Reis, 2006, p. 02)

Gorgulho et al, (2009, p.314), avança que “O caso mais emblemático é o da Inglaterra, onde, desde o final dos anos 1990, é marcante a intenção de reposicionar a economia inglesa como uma economia movida por criatividade e inovação.

Moçambique inclui pela primeira vez a noção de Indústrias Culturais na Resolução nº 12/97, de 10 de Junho do Conselho de Ministros, designada Política Cultural de Moçambique e Estratégia da Sua Implementação. “Embora não tendo sido definido, o conceito em uso surge significando espectáculos culturais e recreativos, cinema e audiovisual, estúdios de gravação musical e fabrico de instrumentos musicais”. (Muocha et al, 2020, p.29). O Plano Estratégico da Cultura 2012, criado a partir do Ministério da Cultura, “cujo objectivo geral é a promoção da Cultura como factor de desenvolvimento económico, social e humano em Moçambique, através da protecção, promoção e valorização do património cultural nacional, da estruturação e desenvolvimento dos sectores de actividade cultural, e de uma melhor participação dos diferentes componentes da sociedade moçambicana na dinâmica cultural e no acesso universal à Cultura.” (PEC, 2012).

Em 2011 decorreu um ciclo de palestras organizado pelo Gabinete de Estudos da Presidência da República de Moçambique, com vista a partilha e auscultação de ideias com diferentes segmentos da sociedade, e por conseguinte permitir aos decisores políticos criar estratégias de integração regional a nível da África Austral. Dentre as diferentes temáticas abordadas, houve dois oradores que partilharam ideias sobre a gestão da arte e cultura como forma de geração de riqueza em Moçambique.

Com os instrumentos acima citados e o ciclo de palestras decorridos, prova de certa forma a preocupação do Estado e governo moçambicano em responder a emergência global, de olhar a cultura como factor de geração de renda. O Plano Estratégico da Cultura (2012)

assume que a Cultura e as expressões culturais desempenham um papel primordial como motor de construção, transformação e progresso social, com base na contribuição económica directa dos operadores ligados aos sectores de actividade cultural, cujas actividades são susceptíveis de serem valorizadas em termos económicos, fortalecendo assim o Produto Interno Bruto (PIB).

PEC (2012, p.13)

Portanto, “abrem-se, assim, novas portas de esperança para os fazedores e agentes culturais, tendo à cabeça o Ministério da Cultura no seu papel de facilitador e de legislador, papel esse que deve redundar no redobrar de esforços, na sua qualidade de responsável exclusivo pelas políticas públicas do Sector da Cultura em Moçambique, preocupando-se pela modernização do mesmo, com vista a que a Cultura venha, efectivamente, a assumir-se e a ser assumida como factor de desenvolvimento humano.” (PEC, 2012, p. 07)

Moçambique constitui um dos países em vias de desenvolvimento, num esforço de combate à pobreza, desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País, “ (...) alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana. (PD³B- PM, 2005, P.06)

1.3.Cultura como factor de desenvolvimento

O tratamento das questões culturais em conexão com problemas económicos e sociais, trouxe também como decorrência o surgimento de novos argumentos e categorias a

³ Perfil do distrito de Boane- província de Maputo

partir do momento em que se puderam examinar as práticas culturais dos indivíduos em termos de uma avaliação de custo/benefício de investimentos, das horas de escuta de música, etc.” (...) (Botelho, 2008, p.104)

Lago e Rotta (2017) apoiando-se a autores como Klink, (2001) Becker e Wittmann, (2003), entre outros, referem que as teorias de capital humano, do capital social, do desenvolvimento endógeno, dos meios inovadores, dos distritos tecnológicos, dos tecnopolos, do *empowerment*, da sustentabilidade, do *city marketing*, das redes de cidades e regiões, da ordem internacional sem fronteiras, essas para além de suas abordagens divergentes, afirmam que o desenvolvimento é um fenómeno localizado, multidimensional e complexo que implica um processo de transformação da estrutura produtiva, das relações sociais, das instituições, da organização política, das bases culturais e da própria relação dos seres humanos com a natureza. É um fenómeno que acontece na dinâmica das relações sociais, produto das relações tensas e contraditórias que se estabelecem no interior das formações sociais e na relação destas com as demais, em cenários multi- escalares, e como tal é objeto do jogo de forças, dos conflitos de classes, dos interesses dos diferentes grupos, das políticas públicas, dos governos e dos organismos nacionais e internacionais.

Alain Touraine (2007)⁴ na sua sociologia do sujeito, aponta que existe dentro da estrutura social os inimigos do sujeito (anti-sujeitos), que através do “*Discurso Interpretativo Dominante*”, constroem paradigmas limitantes com objectivo de limitar a voz do sujeito, daí ele vê a necessidade de resgata-los e emancipa-los através dos movimentos sociais, pois estes são sujeitos com direitos humanos universais.

Santos (2012) em seu estudo sobre cultura e desenvolvimento local em Portugal, defende que, o desenvolvimento territorialista ou endógeno deve compaginar a moldura de acção privilegiada, no âmbito de um modelo de intervenção cultural de promoção de cidadania. A capacidade de gerar dinâmicas sociais qualificantes a partir de activos artísticos culturais e patrimoniais, pressupõe a mobilização das energias comunitárias, e uma forma de organização transversal enquanto activo ao serviço de relações. Onde o grande objectivo estratégico de actuação deve ser o da atenuação das distâncias entre criação e recepção, tomando simultaneamente, as comunidades mais autocentradas nos

⁴ Touraine, Alain (2007). Pensar de Outro Modo. Lisboa: Instituto Piaget.

seus valores e crenças, mais abertas ao mundo e às dinâmicas de mudança na contemporaneidade.

É assim que cada vez mais, a cultura se transforma num instrumento de desenvolvimento territorial, tendo as despesas públicas culturais vindo a ser entendidas, já não mais como custo social e sim como um investimento. No âmbito das actuais políticas públicas culturais, torna-se cada vez mais comum utilizar o património como recurso para a revitalização económica e social.

Santos (2012) destaca que, a maioria dos municípios portugueses estão habituados a cuidar da gestão dos espaços públicos e da provisão das infra-estruturas e dos equipamentos, que ainda não se aperceberam do papel que a cultura pode assumir nas políticas de desenvolvimento local, quer como veículo de qualificação dos cidadãos e das instituições face a globalização e à sociedade do conhecimento, o que implica significativas alterações na forma e no conteúdo do desenvolvimento local.

Os atores sociais tem a capacidade de gestão e provisão dos seus espaços públicos e para manuseamento dos equipamentos culturais mais o que está em falta é a conscientização sobre o poder que as actividades culturais tem de gerar renda, bem-estar social e desenvolver as comunidades onde eles estão inseridos.

Em Moçambique, o Ministério da Cultura elaborou a nível central o plano estratégico da cultura que visa orientar os decisores sobre as directrizes para tornar a cultura como factor de desenvolvimento económico local. “As manifestações e eventos culturais, festivais, festividades tradicionais, por exemplo, têm um impacto positivo sobre a actividade económica local em todos os sectores e representam uma fonte importante de proventos para as economias locais”. (PEC, 2012). O que a realidade concreta nos mostra é que apesar da existência de leis, pouco acontece no quotidiano das comunidades locais.

Em relação a problemática do discurso a prática ou mesmo da lei a acção Tomé (2011) avança que,

Podíamos dizer num sentido mesmo muito preliminar que o grande problema, é mesmo a mentalidade. E por essa razão a gestão, a organização, o trabalho deixam de ser ferramentas orientativas, o que as torna elementos puramente de prazer que não carregam em si aquilo que chamamos de utilidade. Isto é, mesmo o próprio prazer gerado dessas actividades aos seus consumidores, não é visto como útil, e por isso não tem valor, e por conseguinte um preço. E assim acaba por ser produto não comercializável.

(Tomé, 2011, p.228)

1.4. Equipamentos culturais e conscientização artística

Para além de serem vistos numa abordagem de geração de renda, os bens artístico-culturais tem a capacidade de criar maior consciência crítica e estética por parte dos seus consumidores. Rubim (2012) aponta que, as políticas culturais na França do séc. XX, tinham como objectivo maior, assegurar a ampliação da distribuição dos bens culturais entre a população, criando condições de acesso destas instituições e espaços públicos culturais, o que possibilitaria uma maior consciência crítica e estética por parte do público frequentador.

“A educação e formação nas artes são cruciais para desenvolver as habilidades dos jovens e desenvolver uma base de capital humano. Só com essa capacitação e sobretudo desde tenra idade, a mentalidade e o conhecimento se tornam verdadeiros pilares para criar e mover o motor do desenvolvimento” (Tomé, 2011, P.231).

Deve-se priorizar o contacto entre a arte e a sociedade como forma de conhecer, viver e ganhar o gosto pela arte, pois este é um dos garantes da mudança de mentalidades em todas as esferas da sociedade.

Flávia Landgraf (2004) ao abordar sobre as Políticas culturais em Moçambique: do estado socialista ao aberto à economia do mercado, fala de diferentes gerações da cultura em Moçambique. Onde na terceira geração faz distinção entre políticas de democratização cultural e políticas de democracia cultural.

Landgraf (2004) refere que, no primeiro momento, as políticas eram desenhadas para universalizar a cultura das classes ilustradas e oferecê-la a toda população. A ideia de democratizar bens e serviços inicialmente restritos à elite partia de uma concepção erudita de cultura, onde apenas aqueles cuja educação fora ilustrada eram dotados da capacidade de produzir e fruir a arte. Em oposição à difusão da alta cultura surgiram as políticas de democracia cultural, que buscavam oferecer os meios de produção e acesso a segmentos populacionais cujas manifestações artísticas diferiam das eruditas, e geralmente cujos padrões estéticos não condiziam com os da modernidade ocidental.

Lacerda (2010) refere-se aos entraves que pode acarretar a facilitação em termos de criação de condições para que todas camadas sociais possam ter acesso a arte e cultura, pois segundo essa abordagem, supõe-se que o público seja homogêneo, sendo a fruição oferecida a uma só caracterização de pessoas.

Essa postura geralmente vem acompanhada de uma verticalização das decisões, o que torna o processo impositivo e externo às demandas da sociedade. No caso do paradigma da democratização da cultura, a verticalização de decisões é agravada pelo fato de uma dupla

centralização, pois, além de ser caracterizado por políticas formuladas e empreendidas em âmbito estatal, em sua maioria são restritas a esfera federal deste, ficando as gestões regionais e locais isentas de acções nesse sentido, além da inexistência de acções articuladas entre as diferentes esferas de poder.

(Lacerda, 2010, p. 04).

Em contrapartida Botelho (2008) aponta que do ponto de vista das políticas públicas, a democratização cultural hoje não deveria significar induzir a totalidade da população a fazer determinadas coisas, mas sim oferecer a todos a possibilidade de escolher entre gostar ou não gostar de algumas delas colocando os meios a disposição, combatendo o não acesso.” (...) é importante ampliar o reportório de possibilidades para diversos públicos.

Tomé (2011) sustenta apontando que, (...) uma educação primária voltada para a criatividade, arte e empreendedorismo como disciplinas também inclusivas, pode-se aprender a criar indústrias criativas que sejam também de origem artística e igualmente rentáveis.

Em Moçambique, existe escassez no que concerne a distribuição dos equipamentos culturais, principalmente nas zonas periféricas/expansão, a maioria encontram-se distribuídos nos centros da cidade, o que dificulta a fruição da arte por todas camadas sociais.

A fraca ou quase inexistência de equipamentos culturais no país destaca-se por um lado pelas poucas escolas de formação formal e profissional para artistas e a nível de escolas superiores. As que existem são recentes, o caso da Escola de Comunicação e Artes pela Universidade Eduardo Mondlane, a Universidade pedagógica de Maputo, que criou recentemente cursos na área artística e o Instituto Superior de Artes e Cultura, todas na capital do País. O mesmo sucede a nível básico, existindo a Escola Nacional de Artes Visuais, Escola Nacional de Música, Escola Nacional de Dança e alguns/poucos centros culturais.

“Os equipamentos culturais de uma cidade, estado ou país fazem parte de um circuito organizado da cultura que depende das políticas adotadas, públicas e privadas, dos segmentos que o constituem e das relações de poder que esses segmentos travam, relações que, em última instância, determinam os modos de funcionamento desse circuito na sociedade contemporânea” (...) (Nussbaumer, 2008, p.87).

Outra questão que se destaca ainda, é a desigual distribuição dos equipamentos culturais escassos existentes, sendo que a maioria está disponível na cidade de Maputo e nas zonas centrais. De acordo com Nussbaumer (2008), ao analisar a cidade de São Paulo, Isaura Botelho demonstra que há um desequilíbrio e uma baixa correspondência entre o crescimento urbano e a distribuição dos equipamentos públicos e privados de cultura. São as áreas mais centrais, as mais bem servidas em matéria de transporte público que concentram a maioria dos equipamentos, o que se explica, principalmente, pelo perfil da população que habita essas regiões – aquelas parcelas que apresentam os índices mais altos de escolaridade e da renda familiar.

Essa é a mesma realidade que se vive em Moçambique, caracterizada pelas falhas na formulação das políticas públicas culturais. Outro facto, é que a maioria de equipamentos existentes, foram construídos na época colonial, onde uma parte hoje funciona como igrejas e outros estão fechados. O que remete a que, parte significativa populacional se caracterize como “ sem cultura”, e que pese as ressalvas, acentua as desigualdades, as possibilidades de lazer e fruição de bens culturais.

Botelho (2008, p.106) aponta que “o facto de viver num ambiente sociocultural favorecido cria uma proximidade, mais ou menos intensa com o mundo da arte e cultura, mesmo quando não são actividades praticadas no espaço familiar”, aqui acrescenta-se que viver fora do ambiente artístico vai influenciar ao não interesse pelos aspectos artísticos, pois só se sente falta do que um dia se experimentou.

Se constitui um dos objectivos nacionais alavancar a cultura como fonte de geração de renda, é importante pensar-se na disponibilização e distribuição dos equipamentos culturais de forma equitativa, pois não tem como a sociedade conhecer a arte sem ter contacto com ela, e conseqüentemente não tem como servir como instrumento de geração de renda.

O termo equipamentos culturais para esse trabalho, refere-se a aqueles mais convencionais que agrupam centros de formação académica/profissional em artes, os teatros, salas de cinema, museus, galerias de artes, centros culturais, praças com monumentos, espaços para realização de espetáculos.

1.5. A dimensão económica da cultura

Actualmente, a participação da cultura na economia tem desempenhado um papel importante em todas as partes do mundo, pois ela passou a ser vista não mais como despesa mas como fonte de renda. “Conforme as estimativas do Banco Mundial, as

actividades culturais situam-se na cifra 7% do Bip global.” (...) (Freire, 2012, p. 50). “ Em Brasil, os números do IBGE⁵ indicam a existência de 320 mil empresas ligadas ao sector cultural, que representa 5,7% do conjunto de empresas do país e produzem 1,6 milhões de empregos formais, conforme divulgado pelo Ministério da cultura em 2008.” (Freire, 2012, p. 50)

Gorgulho et al, (2009, p.308) ilustra os dados da contribuição dos sectores culturais e criativos na Europa, efetuada pela Comissão Europeia, onde destaca que “para o total dos 25 países-membros da União Europeia (UE), a receita das indústrias culturais e criativas alcançou €\$ 636,15 bilhões no ano de 2003, contribuindo com 2,6% do PIB regional.

Tabela 1.5.1. Contribuição dos sectores culturais e criativos em 2003 em economias europeias seleccionadas

País	Faturamento (€\$ bilhões)	Valor Agregado ao PIB (%)
Itália	84,36	2,3
Espanha	61,33	2,3
Alemanha	126,06	2,5
Reino Unido	132,68	3,0
França	79,42	3,4

Fonte: Eurostat e Amadeus in *The economy of culture in Europe*, European Commission, out. 2006

A título de comparação, a produção de químicos, borracha e plásticos, por exemplo, corresponde a 2,3% do PIB da UE; a produção industrial de alimentos, bebidas e fumo representa 1,9% do PIB daquela macrorregião, e a indústria têxtil, 0,5%. (Gorgulho et al, 2009, p. 308)

Esses dados demonstram que em algumas partes do mundo, a cultura constitui um dos importantes sectores, de tal forma que tem um PIB maior em relação a sectores que são/eram tidos como chaves para o desenvolvimento económico dum país, a título de exemplo do sector da produção de alimentos e bebidas.

Nyko e Zendron⁶, destacam que “as industriais criativas e culturais do Brasil foram responsáveis por gerar 155.6 bilhões de reais em 2015, o que representou 2.64%

⁵ Instituto Brasileiro de geografia e Estatística

⁶ web.bndes.gov.br, acessado as 20:10H do dia 21/07/2019

do PIB Brasileiro naquele ano. No mesmo ano, essas indústrias empregaram 851.2 mil pessoas ou 1.8% do total de empregos formais no Brasil”.

De acordo com dados do Banco Mundial (2006), a economia da cultura corresponde a 7% do PIB mundial, 7.7% do PIB dos Estados Unidos da América (EUA) e a 8.2% do PIB do Reino Unido. No que toca ao emprego, ela representa 4% do total de emprego dos EUA e 6.4% do emprego na Inglaterra⁷.

Em Moçambique segundo Meneses (2019, p.07), o contributo da cultura para o PIB, em 2016 foi de 550,669.00, MT equivalente a 0.22%, em 2017 foi de 2,188,232.00 MT, correspondente a 0.8% e em 2018 teve uma contribuição de, 1,318,881.00 MT, o que equivale a 0.43%.

Conforme os dados ilustram, as percentagens apresentadas estão longe do desejável. Tomé (2011) e Meneses (2019), concordam que há actividades que não são contabilizadas nas estatísticas culturais do País, e que deviam ser contabilizadas de modo a se relevar ainda mais o sector da cultura como outros sectores.

É Exemplo disso as actividades ligadas ao teatro, as exposições e venda de obras plásticas, cerâmica, a venda de discos, livros, feiras de gastronomia, desfile de moda, design gráfico, entre outras actividades de índole cultural que não entram para as estatísticas da cultura. Entretanto actividades há, que sendo do sector da cultura não são contabilizadas nas estatísticas culturais. São exemplos disso, entre outras, o artesanato que está integrado no sector da Indústria e Comércio, o design de páginas Web que está inserido no Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional.

Meneses (2019, p.08)

Vale realçar que, para além de se incluir as actividades culturais as demais existentes, há que se criar instrumentos e matrizes de medição da cultura em Moçambique, a fim de se ver, o quanto efectivamente gera de PIB e o seu nível de empregabilidade. O indicador usado para medir a contribuição da cultura para a economia em Moçambique são espetáculos musicais e ainda assim, esse critério é apenas aplicado em Maputo, a capital do País. E nisso, não se abarca os diferentes sectores envolvidos na/para a realização do evento, donde poder-se-ia calcular a mão- de -obra empregada para o evento.

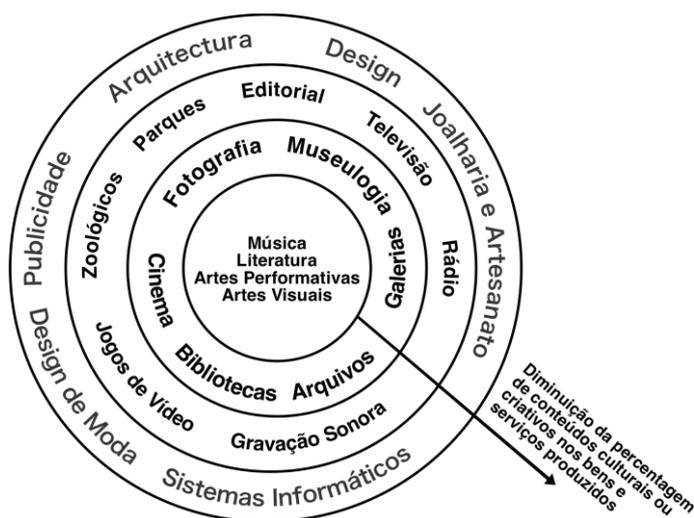
Rubim (2007), elenca que a formulação e execução de uma política cultural democrática e abrangente necessita de vários recursos para se alcançar os objectivos. Recursos que podem ser humanos, legais, materiais e financeiros.

⁷ www.ubimuseum.ubi.pt, acessado as 20:35 do dia 21/07/2019

Tomé (2011) acrescenta que deve-se investir na educação e em sistemas integrados com uma actuação em rede envolvendo outros *stakeholders* como são os média, os críticos e agentes privados, cujo papel crucial do Estado e do Governo no seu fomento possa existir, possibilitando a criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento.

Um exemplo ilustrativo é a África do Sul, o qual se encontra na dianteira em termos de planilhas de organização e catalogação cultural, pois elaborou uma matriz de indicadores culturais, na qual abarca diversas modalidades de actividades artístico-culturais exercidas no País, e que lhes rende uma contribuição económica, como mostra a figura abaixo.

Figura 1: Modelo de anéis concêntricos.⁸



⁸<https://www.google.com/search?ei=tHlxXY73A5K2Uvy0oaAB&q=cultural+indicators+in+south+africa&oq=cultural+indicators+in+south+africa&gs> Acessado as 9 :50h do dia 19 de setembro de 2020

CAPÍTULO II- QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Neste capítulo procura-se teorizar e conceptualizar a relação entre a cultura e desenvolvimento local no distrito de Boane. A teoria de Desenvolvimento Humano de Amartya Sen torna-se adequada para a análise deste estudo, pois, defende-se que a mudança de mentalidades de todas as camadas sociais envolvidas, sensibilidade artística, reconhecimento do valor artístico, liberdade e a participação comunitária é que constituem o factor do desenvolvimento local. Os principais conceitos destacados no trabalho são dança, desenvolvimento humano e desenvolvimento local.

2.1. Teoria de Desenvolvimento Humano

A abordagem da relação entre cultura e desenvolvimento ganha espaço na teoria de desenvolvimento Humano de Sen uma vez que o estudo objectiva perceber de que formas as artes performativas desenvolvidas no distrito de Boane contribuem para o desenvolvimento local, porém destaca-se se aqui que essas manifestações acontecem em conexão com os órgãos locais que gerem questões culturais a este nível.

A concepção da teoria de Desenvolvimento Humano de Amartya Sen tem espaço numa época em que se percebeu que, os modelos estritamente fundados nos critérios económicos convencionais não eram suficientes para explicar a mudança social, como também se passou a advogar a necessidade de dar maior atenção aos sujeitos sociais e às suas capacidades de alterar os padrões institucionalizados.

Segundo Sen (2005, p. 17), uma abordagem de justiça e desenvolvimento que se concentra em liberdades substantivas inescapavelmente enfoca a condição de agente e o juízo dos indivíduos, eles não podem ser vistos meramente como pacientes a quem o processo de desenvolvimento concederá benefícios.

Adultos responsáveis têm de ser incumbidos de seu próprio bem-estar, cabe a eles decidir como usar suas capacidades. Mas as capacidades que uma pessoa realmente possui (e não apenas desfruta em teoria) dependem da natureza das disposições sociais, as quais podem ser cruciais para as liberdades individuais. E dessa responsabilidade o Estado e a sociedade não podem escapar.

(Sen, 2005, p. 326-327).

A análise do desenvolvimento local na perspectiva de Sen encontra lugar a medida em que mostra-se que existe uma relação íntima entre a estrutura social e a acção dos indivíduos para o funcionamento da sociedade e num outro momento, defende que o sujeito como actor social, com direitos humanos universais, é dotado de

liberdade para mudar a sua situação social, seja ela económica, política, cultural ou social.

A liberdade é nuclear ao processo de desenvolvimento por duas ordens e razões: Avaliação, a qual pressupõe que a apreciação do progresso tem de ser feita em termos do alargamento das liberdades das pessoas; Eficácia, que anuncia que a eficácia do desenvolvimento depende da acção livre das pessoas. O que as pessoas podem efectivamente realizar é influenciado pelas oportunidades económicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições de possibilidade como boa saúde, a educação básica, o incentivo e estímulo às suas iniciativas.

(Sen, 2005)

Os artistas como elementos duma comunidade são actores sociais, com capacidade de perceber a sua situação social, e perante isso tomar um posicionamento para gerar mudanças para si, e para a sua comunidade rumo ao desenvolvimento, por outro lado, as instituições gestoras da cultura no distrito de Boane, tem a responsabilidade de orientar e dar directrizes aos artistas rumo ao desenvolvimento.

Pires e Macédo (2006, p. 17) por sua vez destacam que, “ há uma estrutura social, com tradições, instituições, códigos morais e modos de actuar aceites, mas implica também que estes podem ser mudados quando as pessoas começam a ignorá-los, a substituí-los ou a reproduzi-los de uma forma diferente”. E a cidadania é a condição *sin qua non* para se ser “sujeito”, e o sujeito só terá espaço numa sociedade em que estrutura social permite com que a sociedade tenha espaço de participar e opinar sobre as mudanças necessárias para o seu bem-estar.

Portanto, pensar na cultura como factor de desenvolvimento significa valorizar identidades individuais e colectivas, promovendo a coesão em comunidades, levando em consideração que as características da cultura podem ser um factor de crescimento em determinada região. E a teoria de Desenvolvimento Humano irá permitir perceber, até que ponto as instituições gestoras da arte e cultura e os artistas como sujeitos sociais gozam de liberdade para através das artes performativas melhorar as suas condições de vida.

2.2. Quadro conceptual e operacional

Constituem conceitos bases para esse trabalho: Dança, desenvolvimento humano e desenvolvimento local.

2.2.1. Dança

Numa dimensão antropológica, Fazenda compreende dança enquanto forma de cultura. E define dança enquanto actividade de índole cultural e socialmente construída, por um lado, e enquanto meio de construir conhecimento do mundo e de transmitir experiências, por outro, isto é, de produzir cultura. (Barros *et al*, 2009, p. 11)

De acordo com Soromenho (2013) as práticas da dança em Moçambique, e na África subsaariana de um modo geral, associam-se sobretudo a contextos e propósitos de natureza social e ritual. As pessoas executam diferentes tipos de dança conforme as ocasiões e as circunstâncias, conectando-as às suas raízes ou às suas tradições. Segundo o autor, esta particularidade seria especialmente relevante em muitos contextos africanos, já que a dança tende a constituir-se culturalmente como uma prática que tem como função ser um indicador dos sistemas valorizados pela comunidade, para expressar e interpretar os vários eventos da vida.

Daí corroborar com Meigos (2011) ao se apoiar aos dizeres de Ngoenha ao se referir a cultura enquanto segunda natureza, na qual constitui a maneira de pensar, sentir e agir, depende do material e imaterial que é a segunda natureza, portanto a cultura ela própria. Na mesma senda, Fazenda (2009, p.67) conceitua dança como forma de acção e significação através da qual os agentes produzem cultura, desenvolvem conhecimento sobre o mundo e fazem comentários sobre as suas próprias experiências.

Todavia, aqui destaca-se a dança enquanto um trabalho, que pressupõe uma relação de troca de serviços dos fazedores e os consumidores, tendo como mediador e promotor do produto artístico o estado.

Soromenho (2013) destaca que criação e a prática da dança são vistas como uma responsabilidade colectiva. É portanto a comunidade que dita as regras que orientam a criação e a prática da dança.

2.2.2. Desenvolvimento Humano

Desenvolvimento é um conceito que remonta o séc. XVII e XVIII. O pensamento dos economistas clássicos centrava-se em problemas de crescimento económico a longo prazo. Era já uma teoria do desenvolvimento das forças produtivas.

No entanto, os cientistas do Terceiro Mundo tiveram um papel fundamental na produção de inúmeras reflexões sobre desenvolvimento social com ênfase em diversas questões tais como: aumento do bem-estar social, distribuição de rendas e de recursos de poder, ampliação dos espaços políticos e de democratização, fortalecimento do papel

do Estado na formulação de políticas distributivas, em investimentos em processos geradores de emprego e em políticas sociais. (De Rezende, 2012, p.96)

Autores como Celso Furtado, insistiam que era necessário realizar uma discussão sobre o desenvolvimento que rompesse “a barreira entre o económico, o social e o político” (Furtado, 1974, p. 127). Em *Dialética do Desenvolvimento*, Furtado (1964, p. 64) afirma que o desenvolvimento é (...) um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas - preexistentes ou criadas pela própria mudança - são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas”. Portanto para Furtado, o desenvolvimento mais do que o crescimento económico, pressupõe uma transformação a nível das estruturas da sociedade. “A utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer - as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter.” (Sen, 2005, p.28)

Sen (2005), autor de *Desenvolvimento como liberdade*, enfatiza que “uma concepção adequada do desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento económico, precisamos enxergar muito além dele. (...) Expandir as liberdades que temos (...) não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.” (Sen, 2005).

Neste trabalho, o conceito de desenvolvimento Humano vai de encontro ao definido por Sen (2005). Onde passa a ser percebido como, mudança nas estruturas produtivas, ampliação ou melhoria na qualidade de vida da população de uma determinada localidade, e como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza.

2.2.3. Desenvolvimento local

Na contemporaneidade, o conceito de desenvolvimento é concebido verticalmente de forma que se capacite todas as camadas sociais como atores com capacidade de promover o seu próprio desenvolvimento, seja ele económico, político e social, daí o termo, desenvolvimento local.

Amaro (2009, p.108) define desenvolvimento local como “o processo de satisfação das necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o

protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”.

Sintetizando os seus essenciais princípios, Amaro (2009) refere dez aspectos:

um processo de mudança” que proporciona “melhoria do bem-estar e das condições de vida da população”; focado em comunidades locais, de pequena dimensão, com uma identidade comum “capaz de mobilizar solidariedades de acção”, com o objectivo de autonomia; responde a necessidades básicas da comunidade em causa; parte das capacidades locais; aplica metodologias de *empowerment* e participativas; utiliza recursos externos para mobilizar os recursos internos; aborda de forma integrada os problemas e necessidades da comunidade; promove redes de parceria; tem impacto em toda a comunidade e tendo por base todos estes factores, envolve uma “grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados

(Amaro, 2009, p.11).

A estratégia de desenvolvimento de Moçambique, implementada com determinação há uma dezena de anos, visa explorar o potencial de desenvolvimento das províncias, descentralizando a tomada de iniciativas e dando a possibilidade às autoridades provinciais de elaborar políticas públicas específicas com vista à valorização dos recursos disponíveis e das suas potencialidades a nível local.” (PEC, 2012, p. 27)

Torna-se oportuno inculcar a “ética de responsabilidade alicerçada no respeito mútuo” aos atores sociais comprometidos com o desenvolvimento local, de modo que possam elaborar políticas que vão de encontro com as necessidades dos munícipes. (Nipassa, 2016, p.27)

Na perspectiva de descentralização visando o desenvolvimento vertical pressupõe que as comunidades possam apresentar os seus anseios, sugestões, reclamações, entre outras questões a assembleia respectiva de forma a promover o desenvolvimento local, pois este, constitui o garante da democracia e cidadania das comunidades.

Portanto, o desenvolvimento local pressupõe uma correlação entre a descentralização e a promoção da cultura democrática, reflectida na participação, promoção da cultura associativa dos segmentos locais.

CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Pesquisa qualitativa

Este trabalho é um estudo de caso, de natureza qualitativa, realizado na Província de Maputo, distrito de Boane. A análise foi feita em duas instituições, nomeadamente os Serviços Distritais de Educação, Desporto e Cultura e no Município de Boane, e com artistas do distrito de Boane.

A opção qualitativa justifica-se pelo facto de a abordagem enfatizar as relações sociais que se estabelecem entre a cultura, os artistas e as instituições relacionadas com as actividades artístico-culturais a nível do governo local.

Essa perspectiva valoriza que as relações sociais são caracterizadas pelas relações de poder, e que o sujeito social é dotado de liberdade. Segundo Sen (2005), uma abordagem de justiça e desenvolvimento que se concentra em liberdades substantivas inescapavelmente enfoca a condição de agente e o juízo dos indivíduos, e eles não podem ser vistos meramente como pacientes a quem o processo de desenvolvimento concederá benefícios.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa possibilita uma análise mais profunda do universo subjectivo, isto é, das relações, dos processos e dos fenómenos não reduzidos à pura operacionalização de variáveis. Ela permite identificar questões centrais, como as atitudes, os significados e as aspirações; aspectos fundamentais para a proposta de pesquisa em questão.

3.2. Instrumentos de colecta de dados

A pesquisa valeu-se pelas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental para explorar todo manancial teórico que existe sobre o assunto, que é constituído essencialmente pela revisão da literatura, onde foram aprofundados os assuntos de cultura e desenvolvimento local.

Por se tratar de um estudo de caso, no campo de pesquisa foi aplicado um guião de entrevistas semiestruturadas, com objectivo de caracterizar o perfil social dos participantes no que tange a idade, sexo, escolaridade, cargo que ocupa e o tipo de actividade artística praticada. Por outro lado, a aplicação das entrevistas tinha como finalidade recuperar a trajetória profissional, as condições de vida e trabalho, a percepção sobre a actividade, as mudanças e perspectivas da actividade em estudo.

A observação foi a estratégia metodológica que esteve presente em todo processo investigatório, pois observar significa aplicar atentamente todos os sentidos em um objecto para dele adquirir um conhecimento claro e concreto. (Flick, 2013).

Esta técnica permitiu apreender os comportamentos e os acontecimentos no próprio momento em que eles se desenrolam nos seus contextos naturais e na sua riqueza intersubjectiva o que todavia, permitiu colher muita informação transmitida de forma involuntária nos fazedores das artes e cultura e os zeladores dessa área em representação do estado.

As entrevistas, algumas foram realizadas nas instituições, outras na praça e uma na residência da praticante, e registradas com um gravador digital, mediante autorização dos entrevistados, a fim de assegurar a integridade das informações concedidas

3.3. Amostra da pesquisa

A amostra da pesquisa contemplou um total de treze (13) participantes, dentre os quais quatro (4) são funcionários dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Cultura, três (3) funcionários do Conselho Municipal da Vila de Boane e seis (6) artistas. Excepto quatro (4) participantes, todos outros são residentes no distrito de Boane. Duma forma geral, os participantes desta pesquisa compreendem a faixa etária entre os 18 a 65 anos de idade. Dos sete (7) representantes dos órgãos locais do estado, seis (6) possuem nível de escolaridade superior e um (1) médio, e dois (2) dos sete (7) responderam praticar actividade artística sendo os dois (2) músicos.

A nível dos órgãos locais fazem parte dos informantes, o Representante do Presidente do CMVB, Vereador da área da Cultura do CMVB, Chefe dos Recursos Humanos do CMVB, Chefe dos Recursos Humanos e património dos SDEJC, Representante do Director dos SDEJC e dois técnicos da repartição da Cultura nos SDEJC.

Por parte dos artistas foram entrevistados quatro (4) representantes de grupos de danças tradicionais e modernas, um (1) bailarino, um (1) cantor e vocalista, totalizando seis (6). Nos representantes de grupos de dança, dois dos quais representam as danças Mutimba e Macuahela não frequentaram ensino formal, dois (2) das danças modernas possuem o nível médio, ambos grupos sem nenhuma formação artística profissional. O bailarino teve formação superior em dança e o cantor que possui o nível médio e formação média em música. Nos artistas, três (3) deles exercem outras funções

“principais” no aparelho do Estado e os outros três (3) apenas praticam as actividades artísticas culturais.

3.3.1. Critérios de selecção da amostra

A selecção dos participantes no campo de pesquisa foi de forma intencional “*bola de neve*”, tipo não probabilístico, a medida que foi se identificando à amostra. Segundo Gonçalves (2004) nesse tipo de amostragem, não precisa ser estatisticamente representativa do universo, pode englobar casos estimados típicos, incluir sobre casos extremos ou marginais ou, tentar abarcar a diversidade de situações relevantes num processo de encadeamento de casos até alcançar um nível de saturação da informação, ou seja, um ponto onde o rendimento informativo marginal acrescentado por cada novo elemento da amostra se aproxima da insignificância.

Desta feita, os participantes foram sendo selecionados de acordo com a função exercida e a área de afetação dentro da instituição. Quanto aos artistas foi por indicação e outros foram encontrados a quando duma formação dada pelos funcionários docentes do Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC), que houve nos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Cultura em que encontravam-se vários artistas, o encontro tinha por objectivo dar estratégias de venda dos seus produtos culturais.

3.4. Técnicas de Análise de Dados

Para a análise e tratamento dos dados, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2006) a análise de conteúdo é uma técnica refinada, que exige muita dedicação, paciência e tempo do pesquisador, o qual tem de se valer da intuição, imaginação e criatividade, principalmente na definição de categorias de análise. Esta técnica obedece três fases, nomeadamente a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação

Na pré-análise organizou-se as entrevistas com o objetivo de torná-las operacionais, sistematizando as ideias iniciais, a partir da escuta de gravações e selecção dos que se mostravam relevantes. A segunda fase consistiu na exploração do material e definição de categorias conforme as hipóteses e o quadro teórico do estudo. A terceira fase destinada ao tratamento dos resultados, fez-se o cruzamento da informação colhida no campo, os dados da literatura e a partir da análise crítica e reflexiva chegou-se aos resultados do estudo. Destacar que ao longo das fases complementou-se a técnica de observação para perceber os simbolismos no processo de coleta de dados, pois a

pesquisa qualitativa não se contém simplesmente com conteúdo manifesto dos documentos.

3.5. Considerações Éticas na Pesquisa

Na realização do trabalho de pesquisa tomou-se em consideração as questões éticas. Para se proceder com as entrevistas, se baseou fielmente no consentimento informado e no anonimato dos entrevistados.

Em relação a leitura e tratamento da informação, a pesquisadora se baseou na objectividade e neutralidade, independentemente do vínculo com a realidade em observação, segundo as exigências e etapas do método científico. Privilegiou-se a descrição profunda das informações cedidas por todos sujeitos de pesquisa, bem como, as informações advindas das análises documentais e bibliográficas. Pautou-se pelo respeito dos limites institucionais, uma vez que a pesquisa decorreu no distrito de Boane⁹, especificamente no Concelho Municipal de Boane e nos Serviços Distritais da Educação, Juventude e Tecnologia, foram igualmente reconhecidos os limites das entidades em estudo no sentido de disporem do direito de não conceder informação tida como sensível ou confidencial.

⁹ Esta pesquisa se debateu com algumas dificuldades que possam de alguma forma ter limitado o aprofundamento da pesquisa. A primeira dificuldade prende-se pelo facto de o ano em que ocorreu a pesquisa, ter-se debatido com a 1^a vaga da pandemia do Covid-19, no ano de 2020, uma época em que houve pânico a nível global e as suas implicações. Tendo havido interrupções no sistema do ensino nacional, a todos os níveis, o que ditou consequentemente limitações na pesquisa de material bibliográfico/documental, e por outro lado, dificultou o intercâmbio com o grupo alvo, uma vez que algumas actividades estiveram interrompidas durante o período. Houve igualmente, dificuldade para se realizar as entrevistas pensadas inicialmente por impossibilidades de agenda, uma vez que durante o período das entrevistas, dezembro de 2020, ocorreu fenómenos naturais que destruíram infraestruturas no distrito, o que movimentou alguns quadros do Município e Serviços distritais, dos que se configuravam chaves para pesquisa. Outra dificuldade que se destacou, foi da desconfiança política para o fornecimento de dados por parte das instituições alvo de pesquisa.

CAPITULO IV- APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para dar resposta a questão de partida estabelecida, e com base no enquadramento teórico apresentado, passa-se à apresentação, análise de dados e discussão dos resultados do estudo de caso: A contribuição das artes performativas para o desenvolvimento local no distrito de Boane. O estudo de caso foi analisado em três dimensões que permitem perceber a relação entre a cultura e desenvolvimento local, relacionado com (i) identificação das principais manifestações ocorridas, (ii) avaliação dos programas, políticas e as estratégias de financiamento implementadas, (iii) percepção das relações estabelecidas entre os órgãos locais e os artistas.

4.1. Perfil socioeconómico do distrito de Boane

Distrito é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. O distrito de Boane está localizado na província de Maputo, em Moçambique.¹⁰

Em termos de economia, a agricultura é a base da economia distrital. O comércio, sobretudo informal e de fronteira no distrito de Boane, ocupa 14% da população activa e 16% das mulheres economicamente activas, na sua maioria das zonas urbanas e semiurbanas do distrito

A população é jovem (42%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 47%) e de matriz urbana e semiurbana (taxa de urbanização de 68%).

As famílias são marcadas pelo tipo sociológico alargado (31.2%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e tem, em media, 3 a 5 membros. Após os 12 anos de idade, os residentes de Boane são na maioria casados.

A língua Xichangana é dominante da população do distrito. 64% tem conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado do trabalho.

O distrito possui 62 escolas, das quais 32 do ensino primário nível 1, seis do nível 2 e duas do ensino Secundário geral, que são frequentadas por cerca de 20mil estudantes, ensinados por 459 professores. Existe ainda 22 centros de alfabetização de adultos, com uma frequência de cerca de 1300 pessoas. Tem 53% da população

¹⁰ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Boane_\(distrito\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Boane_(distrito))

alfabetizada, predominantemente homens. O distrito tem uma taxa de escolarização normal, constatando-se que 62% dos seus habitantes, frequentam ou frequentaram a escola, ainda que seja maioritariamente somente até ao nível primário.

O distrito esta dotado de 17 unidades sanitárias, incluindo um hospital rural, 5 centros de saúde (com maternidade e camas para internamento) e 13 postos de saúde.

O tipo de habitação modal das famílias do distrito é palhota com pavimento de terra batida, tecto de chapa de zinco e parede de paus ou caniço. O padrão dominante, as famílias vivem sem rádio, sem electricidade, dispendo em media de uma bicicleta em cada dez famílias. Na matola rio, as condições são melhores, verificando-se que o padrão principal é de casas duráveis em 57%, com pavimento de cimento 54% e latrina 76%, com água canalizada fora de casa 34%, na maioria 95% possuem energia elétrica.

4.2. Principais manifestações culturais do Distrito

No concernente a oferta artístico-cultural, Boane é um distrito com diversas manifestações culturais desde as tradicionais às modernas. Segundo o Perfil do Distrito de Boane as danças tradicionais mais praticadas são o Chigubo, Chingomana, makwayela e Mutimba.

No distrito existem seis (6) grupos culturais, três (3) teatrais, quatro (4) núcleos juvenis, doze (12) desportivos, um (1) clube desportivo e um (1) palco de espetáculos a céu aberto. Existem alguns cantores conhecidos a nível nacional e outros não, declamadores de poesias, escultores, etc. A DDCJUD¹¹ tem promovido várias actividades, nomeadamente, a participação no II festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas. (PDB-PM¹², 2005, P.27)

Portanto, o distrito de Boane, mostra-se com várias potencialidades pois a actividade artística em si, pode servir de base para a criação de actividades económicas novas, ao exemplo de promotores de eventos, seguranças, agentes de limpezas, por outro lado, poderia dar oportunidades a produtores de instrumentos tradicionais na fábrica massiva destes, a alfaiates ou estilistas na produção de indumentárias, entre outros na mesma cadeia.

¹¹ Direção distrital da Cultura, Juventude e Desporto

¹² Perfil do Distrito de Boane- Província de Maputo

4.3. Governação participativa envolvendo artistas

Os relatórios fornecidos pelo CMVB, no que concerne a governação participativa mostram que são poucos encontros realizados envolvendo artistas especificamente, embora os dados demostrem encontros com vários líderes e representantes das estruturas dos bairros, aquando das Presidências Abertas, Como revelam os dados as seguir:

No relatório de 2014 foram realizadas: ¹³

- ✓ 17 Sessões de Presidências abertas em diferentes bairros da vila;
- ✓ Contactos periódicos com os munícipes, estudantes, agentes económicos; estruturas dos Bairros e comunidades religiosas;
- ✓ 3 Encontros com os líderes comunitários, onde estiveram presentes 33 líderes, com vista a divulgação da Postura Municipal;
- ✓ 1 Encontro com a Associação dos Camponeses de Jossias Tongogara, visando exortá-los à necessidade de haver uma coordenação entre esta Associação e o Município no desenrolar das suas actividades.

No relatório de 2015 foram realizados:

- ✓ 22 Encontros populares em diversos bairros do município;
- ✓ 1 “Presidência Porta a Porta” (PPP), em Ambrósio, suas residências, auscultando as suas inquietações e o seu nível de satisfação relativamente aos serviços prestados pelo Município;
- ✓ 2 Encontros com as lideranças locais, no âmbito de reflexão sobre o uso e aproveitamento de terra e sobre a planificação participativa.

No relatório de 2016 foram realizados:

- ✓ 25 Encontros populares;
- ✓ Houve participações em cerimónias religiosas, auscultando as suas preocupações;
- ✓ 1 Encontro com os Líderes comunitários no âmbito de busca de estratégias com vista à mitigação dos efeitos da seca e estiagem.

No relatório de 2017 foram realizados:

- ✓ 27 Encontros populares nos diversos bairros;

¹³ Dados compilados dos relatórios facilitados pelo CMVB

- ✓ Foram atendidos 687 munícipes em audiência;
- ✓ Houve participação em 23 cerimónias religiosas em diversas casas de culto;
- ✓ 1 Encontro com os Líderes comunitários, religiosos e a ASSOTRABO, no âmbito de consultas relativamente à alteração dos preços dos transportes semi-colectivos de passageiros;
- ✓ Realizado um encontro com os músicos residentes no Município de Boane e o Excelentíssimo Senhor Jacinto Loureiro, Presidente do Conselho Municipal da Vila de Boane;

4.3.1. Imagens alusivas a governação participativa e suas legendas

Figura 2: Reunião com líderes religiosos

Figura 3: Reunião com líderes religiosos



Figura 4: Reunião com munícipes da Vila

Figura 5: Líderes tradicionais e comunitários



Fonte: Relatório do Fim do Mandato 2014-2018 - CMVB

Tabela 4.3.2 Resumo sobre a governação participativa segundo o Relatório do fim do mandato autárquico 2014-2018

Nº Ord.	DESCRIÇÃO DAS ACCÇÕES	ANO					Total
		2014	2015	2016	2017	2018	
1	Reuniões com as Lideranças Municipais	4	4	2	2	3	15
2	Reuniões Populares	25	38	40	39	31	173
3	Audiências	146	139	145	131	138	699
4	Participação em cultos religiosos	24	33	30	25	33	145
5	Implementação do Orçamento Participativo	0	0	0	0	1	1
Total por ano		199	214	217	197	206	1033

Fonte: Relatório do Fim do Mandato 2014-2018 – CMVB

4.4. Manifestações artístico-culturais ocorridas no distrito

Neste tópico está apresentado o resumo das actividades culturais ocorridas no distrito de Boane¹⁴. Nos relatórios do CMVB e Serviços Distritais de Educação, Juventude, Desporto e Cultura estão compilados neste subtema, sendo que para esse estudo o foco é na cultura. Percebe-se segundo os relatórios, que as actividades culturais ocorridas, muitas das vezes acontecem no âmbito de lançamento de campanhas ou na recepção de alguma figura governamental, não simplesmente como um espaço de lazer e recreação. Como mostram os dados abaixo mencionados;

No âmbito dos movimentos culturais em 2014 foram realizadas as seguintes actividades:

- ✓ Celebração do dia 25 de Abril, dia da Vila de Boane, evento que contou com a presença da Primeira-dama da República de Moçambique, Maria da Luz Dai Guebuza, onde contou-se com promoção de várias manifestações culturais, feiras e lançamento de fogo-de-artifício;
- ✓ No âmbito da promoção de eventos culturais foi realizado, em parceria com a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) um “Show Musical” na Praça Municipal de Boane no dia 07 de Junho, isto no âmbito da campanha de “Disseminação e Popularização do Imposto”. Tendo participado neste espectáculo artistas de renome nacional como: DJ Ardiles, Ta Basily, Lourena Nhate, Oliver Style e outros;

¹⁴ Dados retirados dos relatórios anuais do CMVB. Nos SDETC não puderam fornecer relatórios compilados, justificaram que não era prática o fazer. Todavia nos que puderam-me descrever percebeu-se que eram os mesmos com os já fornecidos por razão de pertencerem ao mesmo distrito e trabalharem com os mesmos grupos.

- ✓ Carnaval Municipal que contou com a participação de Escolas Secundárias e Técnicas, e diversos artistas da praça como: Dunga Mexe, Jaff Mangué, Lize Maoze, Madame Juty e outros;
- ✓ Foi criado o Núcleo Distrital dos Músicos (NDM), que vai coordenar as actividades deste sector ao nível da Zona Autárquica,
- ✓ Em parceria com os SDEJT cumpriu-se com satisfação o calendário das fases distritais e provincial do VIII FNC.
- ✓ Realizado o I Festival Municipal do Canto Coral envolvendo cerca de 15 grupos, desde igrejas e corais, cujos vencedores tiveram a seguinte premiação:
 - Coral Hitalhula – 30.000,00mt;
 - Coral da Igreja Evangélica em Moçambique – 20.000,00mt;
 - Coral do IAB – 10.000,00mt.

No relatório de 2015 foram realizadas as seguintes actividades culturais;

- ✓ Carnaval Municipal, onde concorria-se às seguintes categorias:
 - Carro alegoria;
 - Musa/Rainha do carnaval;
 - Grupo revelação;
 - Melhor grupo;
- ✓ Foi organizado o Show 25 de Abril, envolvendo músicos locais e de renome nacional, com destaque para o Mister Bow, Liloca, DJ Ardiles e outros. Evento que ainda contou com exibição de grupos culturais de elevada expressão na província e no distrito, como o Xigubo de Matutuine e de Marracuene, Mapico e Nhau de PSK;
- ✓ Promoveu-se o Show 25 de Junho, isto no âmbito da recepção da Chama de Unidade Nacional no dia 25 de Junho;
- ✓ Foi organizado uma feira de saúde em coordenação com os SDSMAS no âmbito do lançamento da Campanha de Pulverização, onde também foi realizado um show;
- ✓ Em parceria com a ADDC e a RAM Multimédia, promoveu-se um show em Mahubo10 no âmbito do Lançamento da Campanha para a Eliminação dos Casamentos Prematuros;
- ✓ Em curso o Festival Municipal de Canto Coral - fase 2015.

- ✓ Em parceria com a Associação dos Defensores dos Direitos da Criança (ADDC), organizamos o Festival da Rapariga em Mahubo 10 sob o lema “ O Poder da Rapariga, Visão 2030”

O relatório de 2016 mostra as seguintes actividades;

- ✓ Realizado o III Festival Municipal do Canto Coral, que se enquadrou no âmbito da comemoração do dia de Boane com a participação de Escolas e Conficções Religiosas;
- ✓ Formado o Coral Municipal que é constituído na sua maioria por elementos do Grupo Coral Hitathua, vencedora da I Edição do Canto Coral;
- ✓ Garantida a participação dos grupos culturais em vários eventos da Urbe e datas comemorativas: Dia de Boane, Recepção do Exmo Senhor Presidente da República de Portugal.
- ✓ Organizadas feiras de Saúde no âmbito da comemoração do Dia de Boane;
- ✓ Participado na reunião Provincial de Planificação do sector da Cultura e Turismo, que visava uniformização dos PES (Plano Económico e Social) e dos PESOD (Plano Económico Social e Orçamento do Distrito).

O relatório de actividades 2017 foram realizadas:

- ✓ IV Festival Municipal do Canto Coral;
- ✓ No âmbito da visita da Sua Excelência Filipe Nyusi, participaram de forma activa na sua recepção os seguintes grupos culturais:
 - ❖ Mapiko e Nyau de PSK;
 - ❖ Mutimba;
 - ❖ Coral do IAB;
 - ❖ Xigubo da ESFA.
- ✓ Acolhido o Festival Provincial de Xigubo, em que concorremos com os Xigubos da ESFA e de Eduardo Mondlane;
- ✓ Em parceria com a Nhuana Sound's realizamos o Show de Talentos no Complexo Ponto Final;
- ✓ Participado nas datas comemorativas com diversos grupos culturais.
- ✓ Organizadas as festividades do 30ºAniversário da Vila de Boane, com a participação de Músicos como Mr Bow, Banda Kacana.

4.4.1. Imagens alusivas a manifestações culturais e suas legendas

Figura 6 Danças tradicionais



Figura 7: Festival distrital de cultura



Figura 8: Festival Municipal de cultura



Fonte: Relatório do Fim do Mandato 2014-2018 - CMVB

Tabela 4.4.3 Resumo das actividades culturais realizados de 2014-2018

Evento	2014	2015	2016	2017	2018	Totais
Festivais Municipais da Cultura	1	1	1	1	1	5
Comemoração de feriados nacionais e outras datas comemorativas	5	9	8	9	5	36
Carnaval Municipal	1	1				2
Shows Musicais	1	3				4
Festival Nacional da Cultura	1	1	1	1	1	5
Festival Provincial de Xigubo				1		1

Fonte: Relatório do Fim do Mandato 2014-2018 – CMVB

4.5. Reflectir cultura e desenvolvimento no distrito de Boane

A cultura é parte constituinte e essencial de uma comunidade, unindo-a e formando um quadro de referência, valores e identidade comum. A promoção e valorização das actividades artísticas constitui um dos meios para o garante de um desenvolvimento sustentável, sendo que a cultura constitui um mosaico cultural que precisa ser preservado e massificado por todos, o que significa que o governo e os artistas, tem sua parte.

Em 2015 foi aprovada a Convenção para a protecção e Promoção da Diversidade Cultural em que um dos objectivos é reafirmar a importância dos laços entre cultura e desenvolvimento para todos os países, em especial os países em vias de desenvolvimento, e apoiar as acções realizadas nos planos nacionais e internacional para que se reconheça o verdadeiro valor de tais laços. Esta é uma situação que defende fundamentalmente a ideia de que o desenvolvimento é destinado aos países do sul.

Furtado caracteriza o subdesenvolvimento como uma variante do processo de desenvolvimento decorrente da trajectória desigual entre os países. Trata-se, portanto, de “um processo autónomo, e não [de] uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. (Furtado, 1974)

Para além da polissemia do conceito de desenvolvimento, verifica-se igualmente uma profunda clivagem em relação ao que são acções facilitadoras do desenvolvimento que podemos considerar de carácter cultural. Por exemplo a ideia que é necessário capacitar agentes locais, que implica o reconhecimento das especificidades culturais (culturas locais, processos económicos, sistemas de trocas, relações simbólicas, redes sociais de entajuda, etc.); ou mesmo a ideia que o Desenvolvimento se mede por índices, (Índice de Desenvolvimento Humano) o que leva a acções de desenvolvimento no campo da educação, saúde e economia (rendimento); ou ainda de que o desenvolvimento depende da existência da livre-troca e da democracia, sendo portanto necessário concentrar o esforço em três áreas, economia, política e segurança. Estamos perante um mundo de opções que se diferenciam praticamente em termos de filosofia de vida.

(Leite, 2015, p.15)

Portanto, aqui chama-se ao relativismo cultural, no sentido de, sem descurar da dinâmica global, ter-se em conta as particularidades locais, respeitando que cada realidade tem características específicas próprias, e que é importante respeitar o processo em que cada contexto atravessou ao longo dos tempos.

No que refere as narrativas e projectos de desenvolvimento local, Leite (2015), questiona os financiadores dos projectos culturais referindo que, “ao invés de

exportar modelos, a cooperação deverá construir modelo a partir das realidades locais. Só assim fará sentido a assunção de que a cultura é um factor de desenvolvimento.” Portanto, desta perspectiva, questiona-se a questão da imposição dos projectos globais para as realidades locais sem olhar as especificidades na implementação, e por outro lado questiona-se o facto de se achar que o que pode ser solução para o desenvolvimento dum contexto, possa servir numa outra realidade distante.

Há que se extrair de cada situação particular, elementos universalistas, o pensamento racional da diversidade dos costumes e dos preconceitos, é de reconhecer a igualdade de todos os humanos, quaisquer que sejam a cor da sua pele, o seu nível de rendimentos, a forma das suas leis. (Touraine, 2007)

Num processo de desenvolvimento local, a capacidade organizativa da comunidade é essencial, como refere Henriques (2006: 90), os seres humanos tornam-se “*agentially*” eficientes avaliando o seu contexto social, procurando alternativas criativas e colaborando com outros para a transformação. Neste processo é importante contar com a intervenção do governo como regulador, orientador e agente financiador para que esse objectivo se cumpra.

Portanto, nesta pesquisa se reconhece que o artista é dotado de autonomia para agir, porém há que se analisar as particularidades do contexto a serem implementados os projectos, e todas nuances que caracterizam as estruturas que gerem questões artístico-culturais.

4.6 Análise das políticas, Estratégias e Desafios da gestão da cultura

O desenvolvimento assume uma transformação, com a perspectiva de melhoria e promoção do bem-estar. O desenvolvimento local tem por fim, nesse mesmo sentido, a “satisfação das necessidades e melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo” (Amaro, 2009).

A cultura, sendo um recurso imaterial, criado e partilhado por pessoas, para pessoas, corresponde um instrumento para o desenvolvimento local e sustentável. Ela pode ser gerida por diferentes actores sociais e complementada a sua gestão por todos, desde o estado e seus órgãos representativos, as organizações especialmente vocacionadas para as questões culturais, as comunidades e as pessoas que as constituem, no caso os artistas.

4.6.1. Análise da política cultural e sua implementação

Em Moçambique, o exercício da actividade cultural é regido por lei, pelo Ministério da Cultura e Turismo a nível Central e a nível dos distritos é gerido pelos Serviços Distritais da Educação, Desporto, Cultura e tecnologia e para os Municípios, pela Vereação da Acção Social, Cultura e Desporto. Como política cultural que regulamenta esse exercício e os artistas existe a Política Cultural e Estratégia da sua Implementação nº12/97 e o Plano Estratégico da Cultura aprovado pelo Concelho de Ministros em 2012.

A cultura constitui um bem comum para Estado, os governos, os artistas e para as comunidades locais. Para garantir um desenvolvimento humano tendo a cultura como fonte, exige-se de todas camadas a implementação e adoção de estratégias para o seu crescimento como sector.

Ao analisar a cultura como factor de desenvolvimento no distrito de Boane, dentre várias perguntas, procurou-se perceber sobre as acções implementadas pelo governo local para alavancar o sector da cultura. As respostas dadas pelos órgãos representativos do governo, dão entendimento do reconhecimento do papel do governo a nível local mas também central na gestão do desenvolvimento local tendo como fonte a cultura. Percebe-se assim que o governo está ciente das suas obrigações e das necessidades artísticas.

“o estado abriu o mercado cultural, o produtor deve produzir, procurar o local e deixar o produto no local” (técnico da cultura 2, SDEJC).

Contudo, reconhece-se a falta de esforço na dinamização da cultura para o desenvolvimento local, sendo que as suas acções não são feitas de forma cabal, embora a nível do distrito evidencie-se vontade para interagir e responder às necessidades artísticas.

“ o estado não faz as coisas acontecer, por exemplo, o estado já abriu o mercado cultural mas não indicou o sítio físico para o produtor ir deixar as suas obras” (técnico da cultura 2, SDEJC)

Houve de igual forma, abordagens que aceitando que haja deficiência em termos de políticas do estado, também referem que os artistas não promovem iniciativas próprias para poder gerir a cultura como algo que possa gerar renda, deixando muitas das vezes a responsabilidade no governo, tendo os artistas na maioria de vezes

aproximado as estruturas do governo para pedir apoio ao invés de mostrar projectos por eles desenvolvidos, ou perceber das suas funções para dinamizar a área e promover o seu auto-sustento.

“não há iniciativas locais privadas dos artistas para promoverem espectáculos a nível do Município” (Chefe do departamento de património e RH, CMVB)

Por outro lado, os artistas reconhecem a passividade que demonstram em relação a essa questão, principalmente no sentido de demandar as actividades artístico-culturais, deixando que seja o governo a tomar dianteira diante de todo processo. Contudo, segundo Seromonho (2013), a prática da dança é responsabilidade colectiva mas a comunidade é que dita as regras que orientam a criação e a prática da dança.

“Nós como artistas temos que procurar entender o que temos que fazer, (...) o governo tem a suas culpas mas nós também temos, só queremos exigir” (grupo de dança, teatro e moda).

A abordagem de desenvolvimento humano, parte de princípio que os actores sociais são sujeitos com capacidade de reivindicar pelos seus direitos económicos, políticos, sociais e culturais, portanto é igualmente seu dever, assim como do estado criar condições para o seu desenvolvimento. Todavia, muitas das vezes os artistas colocam-se numa posição de sujeitos passivos e não agentes do processo do desenvolvimento.

Bartoli (1999) defende que o Desenvolvimento Humano deve pressupor “desenvolvimento para as pessoas”, isso no sentido de as pessoas serem colocadas no centro das mudanças económicas e políticas, pois são elas que devem orientar o estado e o mercado e não o contrário.

Mas aqui nos deparamos com um problema de via dupla, onde os artistas e o estado se isentam das suas responsabilidades. Concorde-se que é da responsabilidade do estado ressocializar-se, capacitar-se com o objectivo de fortalecer a gestão de políticas culturais, desta forma passar a transmitir aos artistas sobre as potencialidades artísticas existentes e como explorar para alcançar o estado de bem-estar social. Todavia, os artistas precisam estar receptíveis para dar seguimento com a sua parte nesse processo.

Num outro momento, ao procurar perceber-se sobre o orçamento destinado para a área da cultura nos distritos, respondeu-se que não existe um valor específico destinado a área, sendo que, o valor é alocado de uma forma global para a instituição. E

muitas vezes, o sector da cultura, sente-se no imperativo de replanificar as suas actividades dentro do orçamento existente.

“Eles redimensionam o seu plano em função dos limites orçamentais. Por exemplo se eles pedem um milhão de meticais e apenas tiver trezentos mil meticais, terão de redimensionar as suas actividades. Nunca se alocou na proporção necessitada” (chefe do departamento RH e património, SDEJC)

A questão acima mencionada, remete ao questionamento da descentralização dos serviços administrativos em vigor no País, que traz como tona aproximar os serviços nas localidades e tornar os processos mais autónomos e céleres. Uma vez que o sector artístico cultural a nível central é regido e gerido pelo Ministério da Cultura e Turismo e a nível dos distritos, é gerido pelos Serviços distritais da educação, Desporto e Juventude, sendo que este último não recebe cabimento orçamental do primeiro para gerir as despesas da cultura, ficando desta maneira a área artística numa situação marginal nos distritos e nas autarquias.

Em muitas das intervenções com os informantes, deu para perceber que a cultura em relação a outras áreas geridas nas instituições analisadas, eram tidas como despesa e não com capacidade de gerar renda.

“ o orçamento que é alocado para a área da cultura é um orçamento que olhando para as outras áreas, é deficitária, e esta área acredito que é a área que olhada como a que não gera renda, como uma área de diversão, enquanto não devia ser assim” (representante do Presidente do Município) .

Ademais, acredita-se que todas nuances encontradas na gestão desta área, estão intimamente ligadas a deficiências na formação artística em todos escalões da sociedade.

A nível dos distritos, o sector da cultura está alocado ao sector da educação e desporto. Então há equivocada concepção de que realizar-se actividades desportivas, está-se automaticamente a cumprir com a agenda das actividades culturais, tendo a primeira mais primazia.

“é preciso perceber que a cultura esta enquadrada na área do desporto e as artes estão reflectidas no desporto, não havendo área específica de desporto, isso a nível do serviços distrital de educação. “ (representante do director, SDEJC).

Outro factor que influencia negativamente na formulação da política cultural nos distritos, é o facto de a cultura, assim como o desporto não pertencer ao Ministério da

Educação, e sim a outros Ministérios, que não é o gerido pelo pelouro em análise, o que se denota nas suas prioridades.

“A cultura pertence a outro ministério e não ao ministério de educação”
(representante do director, SDEJC).

“As Casas de Cultura, distribuídas por todo o país, não dispõem geralmente de orçamento próprio para o seu funcionamento. A carga orçamental ligada às Casas de Cultura recai sobre as províncias, mas as actuais Direcções Provinciais da Educação e Cultura não dispõem, geralmente de recursos para implementar uma política pública local no domínio cultural”. (PEC, 2012, p. 27).

O pressuposto básico da descentralização é de facilitar os processos participativos, aproximando o governo, as estruturas sociais das comunidades. Porém, a descentralização institucional encontra dificuldades em alocar serviços e orçamentos nas áreas que lhes compete gerir, como é o caso da cultura a nível dos distritos.

Corrobora-se com Cassol e Niederle (2016) sustentando Furtado sobre o mito de desenvolvimento económico, onde avançam sobre a necessidade da mudança de mentalidades para que o desenvolvimento aconteça.

(...) Percebe-se em Furtado mais uma componente diferencial na interpretação do (sub) desenvolvimento: a dimensão cultural. Embora reconheça a necessidade de crescimento económico para gerar desenvolvimento, o autor atribui importância central à dimensão cultural como factor decisivo na mudança social, ou seja, no processo de desenvolvimento. Dessa forma, crescimento económico, por si só, não é capaz de gerar desenvolvimento, se este não vier acompanhado de uma mudança no âmbito dos valores e da cultura.

(Furtado, 1974, p.34-35 citado por Cassol e Niederle, 2016)

4.6.2. Governo local e gestão da área artístico-cultural

O nível de desenvolvimento de um país ou distrito é mensurado pelas condições básicas, como a qualidade de vida dos seus habitantes, condições sanitárias disponíveis como educação, saúde, poder de compra, esperança de vida, etc, nessa pesquisa, acrescenta-se, os equipamentos culturais existentes, o orçamento destinado ao sector cultural, os ganhos advindos da cultura e o nível de vida dos artistas no distrito em análise.

No concernente aos ganhos e despesas com a cultura, os informantes mostraram-se incapacitados a precisar. Ou seja, a nível do distrito não existe uma planilha que permita o controlo das despesas advindas das actividades culturais

ocorridas, do mesmo modo não se tem dados do que as actividades artístico-culturais proporciona ganhar.

Os depoimentos dos funcionários afectos nas instituições analisadas por um lado, dão conta que essa problemática deve-se aos formuladores das políticas, pois estes não são comunicativos e nem abrangentes de modo a permitir um alinhamento em todos os níveis na gestão dos artistas.

“ a deficiência de dados deve-se a própria política cultural” (Chefe de departamento de RH e Património)

Por outro lado, justifica-se que, tal facto deve-se ao facto de os funcionários daquelas instituições não terem competências artísticas, apenas compreendendo a área técnico-administrativa, na qual a maioria foram contratados para exercer. Outro factor importante que se destacou é o facto de desconhecimento das reais funções e responsabilidades que os gestores culturais a nível das estruturas em análise deveriam exercer e a capacidade em atirar as culpas e responsabilidades para os artistas e para os outros sectores.

“não temos como lhe dar dados pois vimos a cultura numa dimensão muito pequena, mas se calhar tem a ver com as pessoas que estão a gerir o sector ...nós somos administrativos e se o próprio dono da arte não aparece para lhe dizer quanto valor tem e possíveis inovações que tem naquela área(...)” (Chefe do departamento de património e RH, CMVB)

Ainda na mesma senda, não existem dados mapeados sobre os grupos culturais existentes no distrito, como causa, aponta-se a falta de registos e regulamentação dos artistas.

“Moçambique deve melhorar em termos de contabilização dos ganhos artísticos.... Nós admiramos quando vemos um moçambicano a actuar fora sem conhecermos ” (técnico da cultura 2, SDEJC).

A informação dada pelos funcionários que lidam com os artistas apontam que a deficiência dos mapeamentos das actividades culturais ocorridas, dos grupos culturais existentes, está vinculado ao não registo dos artistas, ou seja, os artistas não procuram os serviços para efectuarem a sua regulamentação, todavia, de acordo com a realidade no distrito, existem problemas de comunicação entre os artistas e os gestores culturais, sendo que os primeiros referem não ter tido informação sobre a necessidade de regulamentação da sua actividade, embora trabalhem há vários anos com o governo distrital.

Por outro lado pode-se denotar que os artistas na maioria, não gozam de educação formal, Sen (2005) defende que a iliteracia constitui um obstáculo a participação económica e política. Ainda segundo Sen (2005) o desenvolvimento consiste na remoção de vários tipos de restrições que deixam as pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para exercer a sua acção racional. Nesse sentido, referir que os artistas gozam de poucas oportunidades para exercer a sua acção racional (registo, regulamentação da actividade artística, participação), uma vez ter pouco nível académico, não receber nenhuma renumeração monetária após as suas actuações, e ter a sua actividade socialmente marginalizada.

Em termos de equipamentos culturais, a nível do distrito existe apenas uma praça de pequena dimensão para a reunião dos/com artistas e *shows*.

Gerir artistas e bens culturais pressupõe reflectir nas mudanças necessárias a todos os níveis e de todos sectores envolvidos, para que a cultura venha a ser um factor de geração de renda nacional e de desenvolvimento local, e para que esse pressuposto seja cumprido, os equipamentos culturais são essenciais.

o governo deve abrir mais os caminhos para que os artistas possam continuar, por exemplo um artista se quer fazer um espectáculo não tem campo, não tem espaço público, não tem som. Muitas vezes temos de ir ao município mas não tem material capacitado e no caso de danças tradicionais, o município não reúne essas condições” (representante de dança, teatro e moda).

Jamaica é uma das fontes mais ricas e originais de geração inesgotável de ritmos e músicas que marcaram fortemente o jazz e a música popular daquele tempo. Acontece que muito pouco dos benefícios materiais aportados pelos ritmos e músicas jamaicanos ficaram no país de origem ou redonda em melhoria de vida para as pessoas do povo da ilha.

(Reis, 2006, p.14)

Isso sucede devido a fraca política cultural existente naquele País. O mesmo acontece em Moçambique onde artistas moçambicanos que atuam internacionalmente, não pagam impostos no seu País ou nos seus bairros de origem, devido a fraca política cultural, que dificulta, no caso o registo e regulamentação dos artistas e as suas actividades.

” Nos aqui saímos em desvantagem porque alguns músicos da associação provincial da Matola, são de Boane, o caso do Presidente da associação de música da Matola é de Boane”. (técnico da cultura 2, SDEJC)

Por exemplo, na província da Matola existem mais equipamentos culturais, e artistas regulamentados, o que lhes confere gozar dos direitos e deveres artísticos, por consequência, o local onde se paga essas despesas fica a ganhar.

Para que uma localidade garanta a permanência da sua população, a satisfação das suas necessidades materiais e imateriais figura-se de extrema importância. Deve-se garantir condições para o bem-estar e resolução de problemas de infra estruturas, para que uma comunidade esteja disponível para ser parte activa, numa lógica de desenvolvimento-participação, de um processo que ultrapasse estas necessidades. A satisfação das necessidades pode ser concretizada de diferentes formas e por diversos actores sociais, dependendo da necessidade apresentada, dos meios necessários para a satisfazer e da capacidade dos actores para os garantir. (Silva, 2000)

“Também é evidente hoje que, não pode haver uma acção fora da dimensão das realidades locais, tal como não pode deixar de haver uma implicação dos locais sobre a produção de ideias gerais”. (Leite, 2015, p. 15)

Um dos indicadores de bem-estar social, são postos de emprego criados e o número de desempregados na idade activa de um país ou distrito. Portanto, a nível do governo local no sector da cultura, não houve criação de novos postos para atender o sector cultural, ou empregar artistas do distrito por via da interacção existente entre eles.

Duma forma geral, muitos que trabalham na área cultural nos locais em estudo, foram afectos de forma aleatória, não por apresentar experiência na área.

“ Todos os funcionários que estão aqui, entraram pelo Ministério da educação, são professores, mesmos os que estão a trabalhar na cultura não vem da cultura, são professores que estão a trabalhar na área da cultura.”
(Representante do Director, SDEJC) “

Devido a inaccessibilidade artística cultural e desconhecimento na gestão artística dos funcionários dos locais em análise, poucas vezes pensaram em afectar profissionais da área ou contratar novos quadros com competências legíveis para ocupar a área.

“ Recentemente lancei um concurso, pensei em todo tipo de técnicos. Até conversei com os vereadores se tinham alguma necessidade mas o vereador dessa área não se manifestou”. (Chefe do departamento de património e RH, CMVB)

De acordo com os depoimentos acima mencionados, faz perceber que a cultura no distrito e Boane é gerida a nível meramente político, sem levar em conta o impacto para os artistas e as comunidades locais, até porque segundo os relatórios fornecidos

pelo CMVB, todas as actuações dos artistas aconteciam aquando de alguma campanha, ou quando recebessem uma figura governamental e não simplesmente como um momento de lazer, ou de produção artística envolvendo a relação de compra/venda do produto artístico. Segundo Sen (2005) existe complementaridade entre acção individual e agenciamentos sociais. O que significa que certas ações dos artistas têm a ver com a gestão da estrutura social.

Ao questionar sobre capacitação aos artistas nas matérias que lhes compete e partilha de ideias, respondeu-se que o governo tem ideia de apoiar mais em ideias e também em pagamentos, sucede que há falta de condições financeiras para levar avante os seus desejos.

“ o governo quer apoiar mas por falta de conhecimento dos procedimentos legais, temos rebeldia e achamos que queremos ser roubados” (cantor do distrito de Boane).

Percebe-se aqui que um dos entraves para o desenvolvimento local tendo como fonte a cultura, está relacionado a falta das condições económicas e aculturação a questões artístico-culturais, precisamente na falta de investimento em recursos humanos qualificados na área cultural. Por outro lado, consta que a participação requer conhecimento e competências educacionais básicas.

Sen (2005) avança que, o que as pessoas podem efectivamente realizar é influenciado pelas oportunidades económicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições de possibilidade como boa saúde, a educação básica, o incentivo e estímulo às suas iniciativas.

4.6.3. Soluções localmente implementadas para alavancar a cultura

Para que o desenvolvimento ocorra numa sociedade é importante haver envolvimento de várias esferas sociais, e acima de tudo, deve haver mudanças de mentalidades em relação ao suporte de desenvolvimento em questão, para que se possa criar mecanismos de acção, pois o desenvolvimento em si é um fenómeno que se desenvolve numa relação tensa envolvendo jogos de poderes políticos, económicos, sociais e culturais.

Pensar na cultura como factor de desenvolvimento significa valorizar identidades individuais e colectivas, promovendo a coesão em comunidades, levando em consideração que as características da cultura podem ser um factor de crescimento em determinada região. (Vecchiatti 2004 citado por Harima et all, 2010)

Duma forma geral, no distrito de Boane, tanto por parte dos artistas, quanto do governo local, notou-se existência de uma perspectiva positiva sobre o desenvolvimento local a partir da cultura. Os participantes da pesquisa concordam que existem condições criadas para despontar a cultura como factor de desenvolvimento, sendo que o país tem um riquíssimo mosaico cultural. O entrosamento e o sentido de pertença demonstrado pelos artistas revela esse ponto, através da prontidão a ida aos encontros do governo e técnicos da cultura, quando houvesse reuniões ou para receber visitas do governo.

Apesar de não existir uma verba destinada as actividades artístico-culturais, os quadros que fazem gestão da cultura no governo local, procuram levar a cabo as suas actividades e tem esperança que poderá haver mudanças em todos quadrantes que lidam com a cultura, artistas e governo.

“ eu posso desenhar uma actividade para ir a Matutuine e não ter verba para executar mas não porque a instituição não quer, mas também porque não tem ”
Nós fazemos as actividades acontecerem mas não temos a capacidade de dizer esta actividade custou tanto”. (Técnico da cultura 1, SDEJC).

Embora o governo local refira que esforços faz para que as actividades artístico-culturais ocorram normalmente, há que se apontar responsabilidade não apenas ao Ministério de tutela, mas também ao distrito, pois estes tem a responsabilidade de gerenciar essa área a nível local uma vez que é com eles onde acontece o contacto directo com o artista, garantindo que nesta interação com o produtor, possa haver negociação dos trâmites processuais e legais, e de modo que o artista possa saber dos seus direitos e deveres enquanto produtor. Todavia, percebe-se uma certa passividade por parte destes em relação ao Ministério de tutela, pois estes não exigem os seus deveres, de modo a que possam satisfazer a necessidades do sector e do artista.

Ainda no que diz respeito aos mecanismos para dar continuidade a cultura, os artistas por sua vez, demonstram preocupações com o seu bem-estar social e por esta via desenvolvem actividades artísticas na perspectiva de poder gerar renda para si e suas famílias, e demonstrar as capacidades artísticas que possuem ao governo e público no geral.

“ Minha filha se quiséssemos depender do governo, não íamos cantar, nem dançar porque sempre que tem visitas do presidente, nos chamam para ir cantar” (líder de canto coral e dança macuahela).

Portanto, esta dualidade de respostas, demonstra o potencial da cultura como sendo uma gestão partilhada entre as duas partes, embora não haja satisfação das necessidades de ambos.

Dos esforços apontados para dar continuidade as actividades artístico-culturais apontadas por parte do governo local, destaca-se, o rigor no cumprimento das celebrações artístico-culturais aos feriados nacionais e distritais, apesar de ter poucos equipamentos culturais disponíveis no distrito. Foi avançado a existência de planos para construção de infra estruturas e programas culturais com objectivo de massificar a arte.

“ Podia se fazer saraus culturais, onde a pessoa sabe quando chega sexta-feira vai assistir timbila, ou outro programa” (técnico da cultura 1, SDJEC).

Do lado dos artistas, casos há que, os grupos, procuram mecanismos para garantir que a sua arte não mora, desde a compra individual do equipamento para actuação, ensaio nas suas residências, reinventando objectos para servir de instrumentos, etc

Por exemplo, falam da compra do material e outros acessórios com valores próprios para garantir as actuações, como mostra o depoimento abaixo;

“ o material nós compramos, as luvas brancas a 150 MTS o par, as camisas, sapatilhas, etc”, estamos a usar bidons porque não temos batuques para ensaiar” (Representante do Grupo mutimba e macuahela),

Do mesmo modo, referem-se a criação de espaços privados para decorrer ensaios rotineiros dos grupos, assim como o aluguel de espaços que sirvam de casas de cultura, como mostra o depoimento;

“ as actividades acontecem mas não posso mentir em relação aos espaços, outros ensaiam nas casas, o que significa que cada um tem suas estratégias” (representante do diretor, SDEJC)

Referem ainda da reinvenção e uso de materiais não apropriados no sentido de reprodução de sons como pilão cortado para batuques, e saias de fios de saco ao contrário de palhas.

“ eles usam pilão, quando o pilão já esta cansado, eles cortam em abaixo e aproveitam para batuque, só que não é mesma coisa, o mesmo acontece com as saias de palha para dança ” (técnico da cultura 2, SDEJC)

Entretanto, este cenário mostra que os artistas embora não desfrutem de liberdade económica nesse caso, reinventam junto as estruturas do governo local, mecanismos para que haja continuidade da cultura como um bem comum e partilhado pelas partes.

Apesar da timidez e receios na colocação do seu posicionamento em relação aos seus anseios, eles são sujeitos pois participam nas actividades do distrito por gosto ao seu trabalho e criam estratégias para poder dar continuidade as suas actividades e não deixar os seus dons artísticos morrerem.

Apoiando-se a Hall (2006) referenciar que as culturas nacionais produzem sentidos sobre a nação, que sustentam a construção de identidades. Por outro lado Soromenho (2013) realça que a dança fornece as ligações necessárias, ajudando a sedimentar afinidades grupais baseadas na religião, numa língua comum e na solidariedade, que asseguram relações sociais significativas, respeito mútuo e um sentido de pertença entre os membros das diversas comunidades.

4.6.4. Desafios na gestão artístico-cultural em Boane

Como se pode depreender, falar da relação cultura e desenvolvimento é complexo, e levanta vários debates, uma vez historicamente a cultura ter sido vista como despesa, algo marginal e de entretenimento. E quando a análise deste objecto acontece num contexto caracterizado por deficiências orçamentais e sem aculturação à cultura, a problemática se torna gigante.

Em Moçambique existem instrumentos legais que regulamentam a actividade artístico-cultural, o caso da Política Cultural e Estratégia da sua Implementação de 1997 e o Plano Estratégico da Cultura de 2012, ambos aprovados pelo Conselho de Ministros. O objectivo do PEC é, precisamente, dar uma orientação clara e enérgica às políticas públicas neste domínio, com vista a transformar a Cultura em factor de desenvolvimento para o nosso país. (PEC, 2012, p. 18). E enquanto um meio para desenvolver os seus praticantes. Todavia esse instrumento não tem estado a beneficiar os artistas, até porque a maioria dos artistas não tem conhecimento da existência dos instrumentos legais. Um dos maiores desafios que se encontra em Moçambique, numa forma geral é sair do discurso à prática. São vários os projectos desenhados mas que não chegaram a ser concretizados na realidade, dentre várias razões, aponta-se falta de monitoramento. Para o caso do investimento na cultura, pode-se destacar também, a falta ou pouca consciência artística e a falta de fundos.

Realizado o estudo no distrito de Boane, percebeu-se que os desafios tem via dupla, pois há necessidade de se socializar os agentes do governo e os artistas.

Segundo um dos informantes, os artistas não tomam medidas notáveis em relação a sua posição e seus interesses, e isso justifica-se por não haver iniciativas dos

artistas na promoção de eventos, e nas vezes em que se fez pequenos eventos a nível do município, o ganho pela cobrança das entradas dos munícipes para o evento, era exíguo para alimentar as políticas culturais, servia apenas para a manutenção do espaço. Todavia o inverso também não acontece, excepto quando for para receber uma visita governamental ou para campanhas.

“ Nos gostamos de cobrar mas não há iniciativas locais privadas dos artistas para promoverem espectáculos a nível do Município, talvez façam nos bairros ”
(Chefe do departamento de património e RH, CMVB)

A educação e formação nas artes são cruciais para desenvolver as habilidades dos jovens e desenvolver uma base de capital humano. Só com essa capacitação e sobretudo desde tenra idade, a mentalidade e o conhecimento se tornam verdadeiros pilares para criar e mover o motor do desenvolvimento. (Tomé, 2011)

Acontece-se que muitos dos artistas do distrito de Boane não tem formação artística e devido a conjuntura nacional, a educação artística é gozada por certas classes de elite.

“O objectivo da capacitação dos funcionários e agentes culturais é fazer com que todos os que trabalham na implementação da acção pública em matéria cultural, aos níveis central e descentralizado, dominem, dentro dos dois primeiros anos de implementação do PEC. (PEC, 2012, p.20). Mas o que sucede é que são poucos os técnicos que tenham informação precisa acerca dos procedimentos na gestão cultural, e afirma-se o facto de não serem formados em gestão cultural e nem pertencer ao Ministério da Cultura.

“ todos os funcionários que estão aqui, entraram pelo ministério da educação, são professores ” (Representante do Director, SDEJC)

Desafios também se percebe quanto à legalização da actividade artística. Notou-se existência de desinformação e confusão em relação aos procedimentos a serem seguidos. Os representantes do governo, afirmam que os artistas não se aproximam para pedir esclarecimentos em torno da legalização do seu trabalho e por sua vez, existem artistas que dizem nunca ter ouvido falar acerca do assunto. Os artistas que já tiveram informação sobre a legalização, alegam que o processo é complexo e dispendioso. Como mostram os depoimentos asseguir;

“Nós dançamos desde o tempo do presidente Samora Machel mas nunca tivemos reunião ou alguma informação que é para registarmos para ganhar dinheiro”
(Líder do grupo Mutimba e macuahela),

Apesar de mencionar nunca tenha ouvido falar, mencionam o desejo de se aproximar as estruturas para ter mais informações.

Por outro lado, os representantes do governo dizem que já informaram aos grupos e artistas acerca e que se mostravam dispostos a apoiar e acompanhar o processo, uma vez haver tendência de ganhos imediatos e ocupar lugar de chefia por parte dos artistas.

“ Nós vamos ajudar os que precisam e quando estiverem inscritos, fica fácil irmos ter com a COPAL, a pessoa estar sobre a nossa “umbrela” e nos afirmarmos que conhecemos essa associação” (técnico da Cultura 1, SDEJC).

Sen (2005) avança que o que as pessoas podem efectivamente realizar é influenciado pelas liberdades económicas e pelos poderes sociais como possibilidade de boa saúde, a educação básica, o incentivo e estímulo às suas iniciativas.

Portanto, o posicionamento de Sen explica o comportamento dos artistas, no que concerne a questão de regularização e a ansiedade pelos ganhos imediatos. Existem artistas no distrito que apresentam condições económicas, sociais e académicas desfavoráveis, e que acham que deviam beneficiar de atendimento personalizado, ou favorecedor por conta das condições acima citadas e também pela relação estabelecida há anos.

Em contrapartida, a não legalização da actividade traz implicações no controle dos artistas existentes, o tipo de actividade existente e praticadas, e na contabilização dos ganhos provenientes da actividade artística, no caso de existência. Como o caso da Jamaica que perdeu vários ganhos proporcionados pelos artistas para Estados Unidos da América. Em Moçambique também existem artistas internacionais que não possibilitam que os ganhos pelos seus trabalhos desenvolvam os seus locais de origem, isso devido a inoperância da política cultural.

Outro desafio eminente está ligado a falta de equipamentos culturais para os artistas e para a comunidade local fruir a arte.

Reconhecendo a importância da cultura no desenvolvimento individual e colectivo e das condições para apropriação da cultura, percebeu-se dos informantes, preocupação com bens e serviços culturais para oferecer as gerações vindouras, sendo que a cultura e arte constituem catalisadores para transformação das condições sociais das pessoas.

“eu cresci num ambiente envolvido na cultura e eu pensava entre ir brincar com meus amigos e aprender, eu preferia aprender, (...) na convivência com os outros, a pessoa já sabe que esse é meu momento de falar e agora tenho que

calar para o outro falar e lhe tira de muitos vícios ” (Chefe dos RH e planificação, CMVB).

Democratizar a cultura traz vantagens uma vez que o acesso a bens culturais vai permitir que a comunidade desde a tenra idade possa usufruir a arte, criando-lhe uma auto-estima individual e colectiva, pois esse grupo desde cedo ganha uma sensibilidade e diferentes emoções, promovendo desta maneira mudanças de mentalidades a todos níveis sociais.

4.7. Relações estabelecidas entre os órgãos locais e os artistas

Estudar a relação entre cultura e desenvolvimento, implica analisar as relações estabelecidas entre os artistas e os que regulamentam o exercício da actividade artístico-cultural. Relações essas que serão medidas pelo nível de participação ou não da comunidade artística nos processos de decisão e pelo envolvimento dos dirigentes culturais na gestão cultural. No entender de Silva (2000), a participação é uma condição para a garantia da democracia no desenvolvimento, conjugada com processos que procuram garantir os “valores, sentidos e orientação” da própria comunidade, e pode ser concretizada de diferentes formas.

Feita a análise das entrevistas colhidas no campo, no que concerne aos processos participativos, percepção-se duas perspectivas. Constatou -se existência de entrosamento entre os artistas e o governo local e um forte sentido de pertença dos artistas às questões comunitárias, e por outro lado, percebeu-se insatisfação dos artistas quanto ao engajamento do governo local para atender as suas necessidades.

4.7.1. Relações de entrosamento e pertença à comunidade

Um processo de mudança que proporciona melhoria do bem-estar e das condições de vida da população, focando em comunidades locais de pequena dimensão com uma identidade comum, com o objectivo de autonomia, responde as necessidades básicas do desenvolvimento local. Este, parte das capacidades locais e aplica metodologias de *empowerment* e participativas, utiliza recursos externos para mobilizar os recursos internos. (Amaro, 2009).

Santos (2012) destaca que, a maioria dos municípios portugueses estão habituados a cuidar da gestão dos espaços públicos e da provisão das infraestruturas e dos equipamentos, que ainda não se apercebeu do papel que a cultura pode assumir nas políticas de desenvolvimento local, quer como veículo de qualificação dos cidadãos e

das instituições face a globalização e à sociedade do conhecimento, o que implica significativas alterações na forma e no conteúdo do desenvolvimento local.

A análise das entrevistas, mostrou que existe um fazer a arte natural por parte dos artistas, que muitas das vezes não se dão conta do potencial que essas actividades podem promover no desenvolvimento individual e local.

Muitas das actuações que os artísticos ofereciam, não as faziam por pensar em apenas ganhos económicos ou fama, mas por se sentir como parte do distrito, sentindo-se na obrigação de fazer a sua parte para o desenvolvimento do distrito no seu todo. Justifica-se tal entrosamento e sentido de pertença na medida em que, aquando da organização dos eventos comemorativos no distrito, havia facilidade na mobilização dos artistas¹⁵, o que se percebeu pela facilidade na comunicação entre as partes,

“ nós é que recebemos a nossa mãe (governadora), nós é que recebemos o município, lavamos a esquadra. Não temos como deixar de dançar sem avisar os superiores porque vão nos precisar”. (representante do grupo matimba e macuahela),

O mesmo engajamento, se reflectiu por parte dos representantes dos órgãos locais, *“quando temos datas comemorativas, sempre envolvemos nossos artistas e jovens que estão noutras áreas e eles tem-nos ajudado a divulgar os nossos objectivos de desenvolvimento”* (representante do presidente, CMVB)

A nível da classe artística de Boane, notou-se que certas acções, aconteciam meramente por amor a própria arte, mais do que pelo dinheiro, apesar de muito anseio por este. Este posicionamento vinca uma vez que ao longo das conversas, alguns entrevistados, frisaram que saem cedo para dançar nos eventos do governo, e gostariam de poder ganhar algum valor para apoiarem suas famílias, como resposta as suas ausências e empenho. Não obstante se mostrar impossível, não pretendem deixar de dançar pois, sentem fazer parte das suas vidas, eles gostam de alegrar as pessoas e principalmente o seu governo com o que sabem e podem fazer.

“ quando não danço, sinto que algo falta em mim” (Representante da dança macuahela)

Neste diapasão, corrobora-se com Meigos (2011) quando avança que a maneira de pensar, sentir, agir depende do material e do imaterial que é, neste caso a cultura. De

¹⁵ Beneficiei-me desta facilidade na comunicação quando precisei-me encontrar com os grupos de dança para efetuar as entrevistas, uma vez não existir no distrito uma sede onde pudesse encontrar os artistas concentrados. Fui facilitada os contactos dos artistas pelos órgãos locais.

acordo com Soromenho (2013), a dança tradicional enquanto uma manifestação da cultura, fornece as ligações necessárias, ajudando a sedimentar afinidades grupais baseadas na religião, numa língua comum e na solidariedade, que asseguram relações sociais significativas, respeito mútuo e um sentido de pertença entre os membros das diversas comunidades.

Não obstante, a teoria do Desenvolvimento Humano dentre as outras coisas, defende que cidadania é a condição *sine qua non* para se ser “sujeito”, e o sujeito só terá espaço numa sociedade em que os dirigentes/estrutura social permite com que a sociedade tenha espaço para participar e opinar sobre as mudanças necessárias para o seu bem-estar.

Todavia, conforme os dados da entrevista, percebeu-se que aquando das participações nos programas do governo, os artistas não se manifestam sobre as suas inquietações, o que cria mau entendimento, fazendo com que o governo, pense e sinta que esteja a fazer o suficiente para os artistas, enquanto estes se sentem injustiçados e alienados pelas políticas governamentais.

“ a participação das comunidades nas várias actividades que o governo tem promovido, é um indicador particular que nos dá a certeza de que a população esta a participar nas decisões do governo local e isso é também a ideia de que tudo o que o governo faz, partilha com o seu povo” (o representante do director, SDEJC).

Outrossim, depreende-se que o entrosamento associado aos vínculos de pertença dos artistas à comunidade é que promove a acção conjunta em torno de objectivos comuns, integrado com sentimentos de protecção e segurança, mas também entreaajuda e colaboração, desempenha um papel essencial em processos de desenvolvimento local.

“Eu dancei há muito tempo mais não vimos dinheiro algum, eu não me sinto cansada, porque eu não sou da Frelimo, eu sou a Frelimo. Não que eu queira receber mas é necessário nos darem quando tiver algo.” (Representante de Macuahela)

A arte é uma actividade económica mas, ao mesmo tempo, é produto levado a cabo pelo ser humano com finalidade estética comunicativa como componente da cultura, portanto, a entidade que estrutura é estruturada pelos actores/agentes sociais.

Outro facto que se mostrou interessante nos discursos dos participantes é que eles mais do que pensar na provisão económica para si e suas famílias, demonstram maior solidariedade e preocupação para o bem da gestão da coisa pública, colocando-a

em primeiro lugar em relação a seus interesses pessoais e/ou artísticos, como mostra o depoimento abaixo.

“Quando ti solicitam para ir trabalhar só pode ir, não tem outra opção, eu não me sinto bem quando não vou ouvir as regras e ordens do governo, teu pai sempre é teu pai por mais que lhe cortem a perna, não deixa de ser.” (líder do grupo mutimba e macuahela)

Todavia, os discursos partidários revelam a interface da dominação pela estrutura e reprodução de discursos dominantes. Muitas das vezes percebeu-se que o histórico e o respeito pelo partido não permitia que deixassem de praticar algumas actividades culturais ou deixar de participar nas reuniões com o governo, mesmo que em alguns casos se sentissem insatisfeitos.. A abordagem de desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades de Sen (2005), permite-nos reconhecer o papel dos valores sociais e dos valores dominantes, que influenciam as liberdades de que as pessoas gozam e justificadamente resguardam. Para o autor só com os indivíduos livres, com liberdade de expressão e participação que se pode ter um desenvolvimento.

4.7.1. Frustração artística com o governo local

Ao analisar as relações estabelecidas entre o governo local e os artistas, percebeu-se que existe pontos que criam um desequilíbrio no seu relacionamento, muitas das vezes ligado a (des) valorização da actividade artística, a (des) informação dos artistas e gestores culturais a nível distrital, a falta de recursos económicos e dos equipamentos culturais.

Ao questionar aos artistas sobre a representação dos seus interesses pelos serviços que assumem essa área, muitos dos artistas disseram que não se sentiam totalmente satisfeitos e nem representados, pois continuavam sem remuneração em valores, aquando das suas actuações para o governo, e não recebiam apoio em ternos de instrumentos e equipamentos para as suas actuações, no entanto, se viam sem opção, podendo apenas continuar a actuar até que os tempos melhores chegassem. Os depoimentos abaixo demonstram;

“ Se me sentisse representado tinha que ver algo a mudar mas quando está a ir para baixo é porque não estão a nos representar como deve ser” (chefe da academia de dança, canto coral e teatro).

Existe desconfiança dos artistas em relação aos intermediários do governo, suspeita-se que não estejam a fazer chegar os devidos abonos aos artistas, relativamente aos pagamentos e fornecimento de equipamentos para actuação em datas festivas,

“Quando vamos aos eventos e cerimónias do governo, assim que apresentamos nossos números, fica a parecer que nem estamos, as vezes nem comida nos dão, até as capulanas nos dão aquelas leves e eles ficam com boas” (líder de canto coral e dança macuahela).

Outro caso mencionado foi de mandar assinar a recepção de um valor que não condizia ao físico.

Há dentre os artistas, os que sentem-se desvalorizados pelas estruturas locais, uma vez estarem prontos a receber e dar suporte a medida que existe uma mudança a nível da estrutura do governo, entretanto continuam sendo marginalizados.

Moçambique é considerado um país muito rico do ponto de vista cultural, contando com uma grande variedade de expressões populares em suas diversas regiões, por razões históricas, ligadas ao seu processo de colonização e ao seu sistema educacional, o acesso à cultura e a sua apreciação ainda é restrito a um grupo social e as restrições aos meios culturais podem refletir nas decisões estratégicas do país. E isso reflete na maneira como a cultura é pensada e gerida.

Olhar a relação cultura e desenvolvimento, principalmente no que tange as danças (Mutimba e Makwayela) ainda está distante de concretizar-se, não só pelo encima mencionado mas também pelo significado atribuído ao termo cultura, “*ntumbuluku*,” ser olhado como um recurso não comercializável, carregando apenas o valor simbólico, como história e identidade duma nação.

No que concerne aos pagamentos pelas actividades praticadas pelos artistas, devido aos registos, o governo local refere que,

“ não temos como pagar algum valor porque eles não são conhecidos, são como amadores, devem se registrar, para ter donde começar a apoiar” (técnico da cultura 1, SDEJC).

“ os artistas não pagam impostos ” (técnico da cultura 1, SDEJC)

E ainda encontra-se esse depoimento que de certa forma cria uma espécie de clivagem entre os artistas.

“Me lembro que houve uma actuação, e os grupos que exigiram caché, foram descartados” (Chefe do departamento de recursos humanos e património, SDEJC).

A cultura sempre estabeleceu categorias sociais entre as pessoas que a cultivavam, a enriqueciam com contribuições diversas e faziam-na progredir e pessoas que não queriam saber dela, que a desprezavam ou ignoravam, ou então eram dela excluídas por razões sociais e econômicas. (Vargas Llossa, 2013, p.59)

No dizer de Alexandre Melo, o artista ou o produtor, entendido como agente econômico, pode encontrar-se em diferentes situações que correspondem a um leque diversificado de possibilidades em termos de custos de produção e de autossuficiência de execução. (Melo, 2001, p. 55).

Na relação cultura, artistas e estado, quem deve ditar as regras e a maneira como deve ser produzida a arte é o artista. Todavia, é dever do estado promover, proteger e garantir a sustentabilidade da actividade artístico-cultural e bem-estar dos seus fazedores, razão pela qual este se serve das normas legais para poder colocar parâmetros nesta relação. Por exemplo, se o governo diz que não estão registados por isso não tem como lhes pagar, poder-se-ia questionar, o que o governo local tem feito para garantir que estes estejam registados e passem a usufruir de remuneração económica pelo seu trabalho? Sem descurar da relação de longa data que vem estabelecendo de troca de serviços, como prova o extrato abaixo;

“ nós dançámos desde o tempo de Samora e nunca ganhamos nenhum dinheiro” (líder do grupo mutimba e macuahela)

De certa forma, os artistas tem manifestado insatisfação pelas condições vivenciadas, mas não tem coragem de manifestar diante do governo local, seja não participando nos eventos ou não apresentar as manifestações quando necessárias. Em resposta a insatisfação acima, os artistas avançam;

“ nós não estamos registados, então que chamem pessoas de Maputo, que estão registados para dançar” (Líder de dança macuahela)

A frase de Frank Zappa destaca que Arte é fazer algo de nada e depois vendê-lo. E é essa premissa de aqui se defende.

Embora haja insatisfação por parte dos artistas devido as condições artistas não satisfeitas, percebe-se que os discursos frequentemente construídos, indicam forte fidelidade partidária.

” Pessoas até dizem que enquanto esses velhos não morrerem a Frelimo vai ganhar (...) nós não ganhamos nada com a Frelimo mas não podemos abandonar porque nós é que construímos este país e não com escola mas com a mente.” (líder do grupo Matimba e Makwayela)

O Discurso Interpretativo Dominante de Touraine ganha espaço na interpretação deste fenómeno, sendo que os artistas sentem-se injustiçados e desvalorizados pela estrutura competente na área cultural, mas segundo eles, não podem deixar de o servir, devido ao histórico que tem com o partido. Segundo Touraine (2007), o Discurso Interpretativo Dominante pode denotar a criação não dos meios dirigentes, mas dos intelectuais ou dos formadores de opinião pública que procuram nas memórias do passado as armas com que pudessem combater as ideias novas.

Em corroboração com Touraine, propõe-se uma teoria que tem por base o “retorno do sujeito”, onde a consciência desse sujeito é formada pela combinação de três elementos fundamentais: “a relação de si mesmo como um indivíduo portador de direitos fundamentais; a entrada consciente no conflito contra as forças dominantes que negam o direito e a possibilidade de agir como sujeito e a concepção que cada indivíduo possui de si, enquanto sujeito”. (Touraine, 2007, p.126)

Ora, os fazedores de arte e cultura do distrito de Boane são sujeitos livres, portadores de direitos humanos, com capacidade de reivindicar quando as condições sociais não lhes são favoráveis, e quando não lhes é dada voz e vez nos órgãos locais para deixar o seu parecer sobre os processos que lhes interessam, existe prerrogativa para reivindicação da sua situação, o que pouco se verifica.

Segundo Melo (2001, p.55), as implicações e consequências destas alternativas são, em cada caso concreto, determinadas pela situação socioeconómica do artista, dependendo esta da cotação das suas obras, da situação económica de partida- meio familiar ou social de origem/ou de pertença- e da sua trajectória social. Sen (2005) vai dizer que a decisão entre continuar na preservação da tradição requer uma resolução participativa. E a participação por sua, requer conhecimentos e competências educacionais básicas.

Quando os artistas foram questionados sobre a possibilidade de reivindicar a favor de melhoria das suas condições, seja não participando em eventos, ou outras formas, pelas respostas, mostram-se sem condições para reivindicar e assim abdicam os seus direitos, como mostram os extractos,

“ *Vão nos excluir*” (representante do grupo matimba e macuahela),

Outro participante

“ *não é fácil fazer pressão, porque só de nós pressionarmos, vão perguntar vocês estão registados aonde*” (chefe da academia de dança tradicional).

Outros ainda, mostram receio de ser excluídos nos eventos posteriores,

“ Vão procurar um grupo que aceite e logo vão nos excluir, enquanto nós também queremos mostrar os nossos trabalhos” (chefe da academia, canto coral e teatro)

Há os que alimentam esperança de tempos melhores,

“não reclamamos porque sabemos que seria perda de tempo, eles sendo nossos pais deviam saber que nós necessitamos de algumas condições para nossa satisfação como pessoas” (Líder de canto coral e dança Makwayela).

De acordo com Sen (2005), pessoas sem liberdade política ou direitos cívicos estão privados de liberdades importantes para a construção das suas vidas e vem recusada a oportunidade de participarem em decisões cruciais respeitantes à vida pública. (Sen, 2005, p. 07)

Segundo Alain Touraine,¹⁶ Existe na estrutura social os “anti-sujeitos”, que a partir do Discurso Interpretativo Dominante constroem discursos limitantes. Como mostram alguns dos discursos dos participantes

“Eu não sou da Frelimo, sou a Frelimo” (representante do grupo Mutimba e Makwayela)

Segundo esta perspectiva, os artistas se sentem aprisionados a um sistema de dominação mental, onde não questionam os discursos, acções, e construções políticas, que lhes são colocadas nas instituições que superintendem a área da cultura a nível distrital. Os artistas tem medo de enfrentar as estruturas competentes e reivindicar pelos seus direitos como sujeitos portadores de direitos universais e alienáveis. Segundo Touraine (2007) as instituições deixaram de ser a arquitetura do estado, compete-lhes proteger os indivíduos e as colectividades enquanto sujeitos e quando os ameaçam, devem ser controladas e reformadas. O sujeito configura-se como parte íntima de cada ser que possui como movimento a resistência, o confronto, o debate.

Conforme essa concepção, é função do artista perceber a sua situação actual e lutar para que haja mudança. E essa mudança pode-se dar dentre as várias formas, a partir da reivindicação, negando-se a actuar, exigindo condições melhores para actuar, exigindo *caché*, etc.

Touraine acrescenta que o sujeito não é um indivíduo sozinho, está presente em indivíduos e grupos que têm consciência de pertencerem a um povo, a uma cultura, a

¹⁶ Touraine, Alain (2007). Pensar de Outro Modo. Lisboa: Instituto Piaget.

uma história. (Touraine, 2007). Sendo que os artistas pertencem a uma classe, existem intercâmbio entre eles e são da mesma comunidade, existem vários mecanismos que podem ser accionados para levantar um movimento de reivindicação.

4.8. Considerações Finais

Esta pesquisa cuja proposta foi analisar a relação entre as artes performativas e desenvolvimento local no distrito de Boane, com foco nas danças Mutimba e Makwayela, problematiza o fraco monitoramento dos objectivos da política cultural no sentido de transformar a cultura como factor de desenvolvimento local, conforme propõe o Plano Estratégico da Cultura e a passividade artística em relação aos órgãos competentes na gestão artístico-cultural a nível do distrito.

A hipótese levantada defende que a mudança de mentalidades, a sensibilidade artística, o reconhecimento do valor artístico, a liberdade e participação comunitária de todas camadas sociais envolvidas na gestão artístico-cultural é que constituem factores de desenvolvimento local no distrito de Boane.

Com base na pergunta de partida a qual procura responder, de que formas as artes performativas contribuem para o desenvolvimento do distrito de Boane, concluiu-se que as artes performativas pouco contribuem para o desenvolvimento local no distrito de Boane, uma vez não haver alinhamento entre os objectivos do Plano Estratégico da Cultura e a realidade em estudo.

Constatou-se ineficácia no mapeamento das actividades culturais e existência de poucos equipamentos culturais, com destaque a uma praça de pequena dimensão. Todavia, a escassez ou fraca existência de equipamentos culturais contribui para a falta de sensibilidade na formulação de políticas públicas viradas às artes. Nussbaumer (2008, p.87) avança que “os equipamentos culturais de uma cidade, estado ou país fazem parte de um circuito organizado da cultura que depende das políticas adotadas, públicas e privadas, dos segmentos que o constituem e das relações de poder que esses segmentos travam, relações que, em última instância, determinam os modos de funcionamento desse circuito na sociedade contemporânea.” (...)

De acordo com a teoria de Desenvolvimento Humano de Sen, teoria de base nessa pesquisa, pressupõe que uma abordagem de justiça e desenvolvimento que se concentra em liberdades substantivas, inescapavelmente enfoca a condição de agente e o juízo dos indivíduos, eles não podem ser vistos meramente como pacientes a quem o processo de desenvolvimento concederá benefícios. (Sen, 2005, p. 17). Todavia, na pesquisa constatou-se que os artistas não gozam de total liberdade para exporem as suas necessidades e reivindicarem os seus direitos artísticos, por outro lado, os órgãos de tutela não estão suficientemente capacitados para gerir a área artístico-cultural. Percebeu-se igualmente existência de medo e receio dos artistas para aproximar-se as

estruturas de gestão da área, a fim de colocarem as suas opiniões, simplesmente porque pensam que o governo já devia saber as suas necessidades.

Corrobora-se com Sen, (2005) ao enfatizar que, o que as pessoas podem efectivamente realizar é influenciado pelas oportunidades económicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições de possibilidade como boa saúde, a educação básica, o incentivo e estímulo às suas iniciativas. Não obstante, no que os dados do distrito revelam, ao nível socioeconómico, a economia base do distrito é a agricultura de subsistência e existem dificuldades de escoamento dos produtos no mercado. O comércio informal e de fronteira ocupa 14% da população activa. A população é jovem (42%, abaixo dos 15 anos de idade), a maioria casa-se após 12 anos de idade, não existe escola superior e nem escola profissionalizante na área artística no distrito, existem apenas duas escolas do ensino Secundário, onde apenas 53% da população é alfabetizada e a maioria terminou ao nível primário. O tipo de habitação modal é palhota com pavimento.

Entretanto, esses dados revelam as condições económicas baixas que a população desse distrito ainda se enfrenta, afectando igualmente a dimensão do ensino, saúde, social e político. No entanto, o desenvolvimento para Sen pressupõe liberdade nos níveis acima propostos.

Referências Bibliográficas

Amaro. R. Roque (2009), Desenvolvimento Local in António David Cattani, Jean-Louis Lavielle et al (org), Dicionário Internacional da Outra Economia, pp. 108-112, Coimbra, Edições Almedina.

Bardin, Laurence. (2006). Análise de conteúdo L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads, Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977);

Barros. Né et al (2009), Artes Performativas: Novos discursos, Edições do CEAA/2, 1 edição.

Bartoli. Henri (1999), Repensar o desenvolvimento: Acabar com a pobreza, Instituto Piaget;

Botelho. Isaura, (2008), O papel das pesquisas sobre práticas culturais para as políticas públicas, em Lia Calabre (org), Políticas culturais: um campo de estudo, Coleção FCRB Aconteceu 7, edições: Casa de Rui barbosa, Rio de janeiro;

Botelho, Isaura. (2001), Dimensões da cultura e políticas públicas, São Paulo, v.15, n.2, p.73-83, abr./jun.;

Cassol. Abel e Niederle. A. Paulo (2016), Celso Furtado e a economia política do desenvolvimento latino-americano in Introdução as teorias do desenvolvimento, (orgs) Paulo A. Nierderle e Guilherme F. W. Radomsky, Editora UFRGS/AEAD, Serie Ensino, Aprendizagem e Tecnologias;

De Rezende. J. maria (2012), As noções de desenvolvimento social como base para a abordagem do desenvolvimento humano presente no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990, Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 91-122, jul. 2013;

Flick. Uwe, (2013), Introdução a metodologia de pesquisa: Um guia para iniciantes, porto alegre, ISBN 978-85-65848-08-4;

Hall, Stuart. (2006). A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Harima. Maria et al (2010), Contribuição da Cultura no desenvolvimento económico e social global, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte;

Henriques, J. Manuel (2006), Global Restructuring and local anti-poverty action: learning from european experimental programes, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL.

Fazenda. J. Maria (2009), As Historias que as pessoas dançam sobre si próprias: O contributo da antropologia para o estudo da dança teatral (67-80) in Artes performativas: Novos discursos; editores Né Barros et al; CEAA- CESAP/ESAP

Francisco. A. Álvaro (2007); Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua compreensão crítica., 1ª edição;

Freire. Alberto, (2012), O Financiamento como recurso Fundamental das Políticas Culturais, in Rubim. A. António e Rocha. Renata (org), Políticas Culturais, EDUFBA;

Furtado. Celso, (1964), Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura;

Furtado. Celso, (1974) O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra;

Gonçalves. Albertino, (2004), Métodos e técnicas de investigação social I, Programa, Conteúdo e métodos de ensino teórico e prático, Universidade de Minho: Instituto de ciências sociais;

Gorgulho. F. Luciane et al (2009), A economia da cultura, o BNDES e o desenvolvimento sustentável, (p.299-355) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social, Brasil, disponível em <http://www.bndes.go.br/biblioteca.digital>;

Lacerda, Alice Pires (2010), “Democratização da cultura x democracia cultural: os pontos de cultura enquanto política cultural de formação de público”, in Anais do seminário Internacional. Políticas culturais: teoria e práxis. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1-14;

Lago. C. Ivan e Rotta. Edeimar, (2017), Sobre a Relação entre Cultura e Desenvolvimento: Alguns apontamentos em defesa do contexto antropológico da cultura, Comunicação apresentada no VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspetivas e Desafios Santa Cruz do Sul, RS, UNISC, 13 a 15 de setembro de 2017, Brasil;

Landgraf. L. Flávia, (2014), Políticas culturais em Moçambique: do Estado socialista ao aberto à economia de mercado, São Paulo;

Leite. P. Pedro, (2015), Cultura e Desenvolvimento? Informal Museology Studies n 11, Autum, Lisboa;

Meigos. Filimone (2011), O Papel da Cultura na Construção da Identidade, consolidação da Unidade nacional e Produção da Riqueza. In: MATOLA, Arlete et al. Comunicações dos Seminários da Presidência da República. Dezembro de 2011;

Meigos. Filimone (2018), Dinâmicas das Artes Plásticas em Moçambique, Tese para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, Universidade da Beira Interior: Ciências Sociais e Humanas, Covilhã;

Meneses. Isau, (2019), A dimensão económica da cultura e as estatísticas culturais, Maputo (policopiado);

Melo. Alexandre (2001), A Arte e poder na era Global, Edio Lisboa: Quimera Editores, ISBN 972-598-069-8, Gesto das artes;

Minayo. C. Maria; (2001); Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade; (Org) Suely Ferreira, 18 ed, Petrópolis;

Muocha. M, Tsamba. Z e Dionísio. E, (2020), *Indústrias Culturais e Criativas: O que são? Como gerir?* 2ª Edição, Maputo-Moçambique

Nipassa, Orlando, (2016), *Autonomia e Dependência da Sociedade Civil no Processo de Desenvolvimento Humano em Moçambique*. Tese (Doutoramento em Estudos Africanos), ISCTE-IUL, Lisboa.

Ngoenha. Severino (1994), *O Retorno do Bom Selvagem: Uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico*. Porto: Salesianas, 1994.

Nussbaumer. M. Gisele, (2008), *Equipamentos e públicos culturais: os teatros de Salvador*, (87-102), em Lia Calabre (org), *Políticas culturais: um campo de estudo*, Coleção FCRB Aconteceu 7, edições: Casa de Rui barbosa, Rio de janeiro;

Pires. S.J e Macédo. B. Kátia; (2006), *Cultura organizacional em Organizações Publicas no Brasil*, Rio de janeiro;

Reis. C.F. Ana, (2006), *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável: O Caleidoscópio da Cultura*, Instituto Pensarte;

Rosas, I e Cândido, G, (2008), *Capital Social como Instrumento para Viabilização do Desenvolvimento Regional: Estudo de Caso no Cariri Paraibano*. In: *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. G&DR • v. 4, n. 2, p. 58-80, mai-ago/2008, Taubaté, SP, Brasil.

Rubim, A. António, (2007), *Políticas culturais no Brasil: Tristes tradições, enormes desafios*; 12-37 in *políticas culturais no Brasil*, (org) António Rubim e Alexandre barbalho; EDUFBA; Coleção CULT;

Rubim, A. António, (2012), *Panorama das políticas culturais no mundo: Intervenção contemporânea das políticas culturais*; 183-186 in *Políticas Culturais*, (org) António Rubim e Renata Rocha, Abramo;

Santos. Domingos, (2012) “*Cultura e Desenvolvimento local em Portugal: Decálogo e Princípios orientadores para um casamento (mais) feliz*, em Vieira. António, Costa. Francisco, Romoaldo. Paula (orgs). *Cidades, Criatividade (s) e Sustentabilidade (s)*,” (62-71) Instituto Politécnico de Castelo Branco Disponível em <https://repositorio.ipcb.pt>, acessado a 26 de Março de 2020;

Sen. Amartya, (2005), *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, Silva, Augusto Santos (2000), *Cultura e Desenvolvimento: Estudos sobre a relação entre ser e agir*”, Oeiras, Celta Editora;

Soromenho. Sofia, (2013); *Dançar as Vicissitudes de uma nação. Tradição e contemporaneidade na Companhia Nacional de Canto e dança de Moçambique: transições criativas e debates identitários em Gold*, de Rui Lopes Graça, Universidade Técnica de Lisboa

Tomé, Tânia. (2011). “O Papel da Cultura na Produção de Riqueza”. In: MATOLA, Arlete et al. Comunicações dos Seminários da Presidência da República. Dezembro de 2011

Touraine, Alain (2007). Pensar de Outro Modo. Lisboa: Instituto Piaget.

UNESCO, (2005) Convenção Sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Vargas LLosa, Mario, (2013), A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva.

Endereços eletrónicos acessados

<https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/9-processos-patrimoniais-em-africa/cultura-e-desenvolvimento/a-formacao-de-estrategia-das-politicas-culturais/os-indicadores-unesco-para-a-cultura-e-desenvolvimento>, acessado no dia 26 de Março de 2010

_ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Boane_\(distrito\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Boane_(distrito))

_ web.bndes.gov.br, acessado as 20:10H do dia 21/07/2019

_ www.ubimuseum.ubi.pt, acessado as 20:35 do dia 21/07/2019

https://www.google.com/search?ei=tHlxXY73A5K2Uvy0oaAB&q=cultural+indicators+in+south+africa&oq=cultural+indicators+in+south+africa&gs_l Acessado as 9 :50h do dia 19 de setembro de 2020

Legislação e documentos institucionais

Folha de Maputo. Ministério da Cultura apresenta PEC 2012-2022. Folha de Maputo, Nacional, Maputo, 11/jul./2014. Disponível em <<http://www.folhademaputo.co.mz/001.aspx?dqa=0:0:16733:2:0:0:-1:0:0&chnl=37>>. Acesso em: 03 de Abril de 2020;

Política Cultural de Moçambique e Estratégia da Sua Implementação. Resolução nº 12/97, de 10 de Junho. Conselho de Ministros.

República de Moçambique: Conselho de Ministros, (2012), Plano Estratégico da Cultura 2012-2022, 19 Sessão Ordinária, Maputo;

República de Moçambique: Ministério da Administração Estatal, (2005), Perfil do Distrito de Boane -Província de Maputo, Serie, Perfis Distritais.

Município da Vila de Boane, Relatório do Fim do Mandato dev2014 a 2018 (5 anos);

Município da Vila de Boane, Conselho Municipal, Relatório Anual 2014;

Município da Vila de Boane, Conselho Municipal, Relatório Anual 2015;
Município da Vila de Boane, Conselho Municipal, Relatório Anual 2016;
Município da Vila de Boane, Conselho Municipal, Relatório Anual 2017

ANEXOS

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Consentimento informado

Bom dia/ boa tarde, meu nome é Leonilde Chiulele, estudante de mestrado em Sociologia do Desenvolvimento na UEM. Encontro-me a realizar um trabalho de pesquisa sobre a cultura como factor de desenvolvimento das comunidades locais, no caso estou a me cingir no distrito de Boane. Gostava que me concedesse uma entrevista sobre esse tópico, que teria uma duração de 30min. Em caso de algo que não tenha percebido, poderá interromper para que eu possa clarificar a questão.

Por questões éticas, gostava de pedir a sua permissão para o uso de gravador e/ou anotar o seu nome. Concorda em participar da entrevista? Sim () Não ().

Objectivo do estudo?

- ✓ Analisar a relação entre cultura e desenvolvimento.

A quem deve contactar para questões acerca da pesquisa?

Caso queira ter mais informações sobre a pesquisa poderá contactar ao proponente da pesquisa através do contacto abaixo disponível:

Leonilde Marcelo Chiulele – 847745973/ 867745975 Ou leochiulele@gmail.com

Agradeço desde já a sua disponibilidade

Maputo, aos ____ de _____ de 2020

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA RECOLHA DE DADOS

Guião de entrevistas aos funcionários dos Serviços Distritais da Educação, Juventude e tecnologia / Conselho Municipal da Vila de Boane

Perfil biográfico

Nome _____

Naturalidade _____ Sexo: Fem _____, Masc _____

Residência _____

Faixa etária: 18- 25 ____, 26-33 ____, 34-41 ____, 42-49, 50-57 ____, 58-65

Estado civil: Casado _____, Solteiro _____

Nível de escolaridade: Primário _____, Básico _____, Médio _____, Superior

Ocupação _____

Ocupa algum cargo de chefia ou direção _____

Pratica alguma atividade artística? _____ Se sim, qual? _____

Políticas culturais para desenvolvimento

I. Em 2014 o Sr. Ministro da Cultura em uma entrevista ao Jornal referiu que, o plano estratégico da Cultura tinha como objetivo promover a cultura como factor de desenvolvimento económico, social e humano em Moçambique como forma de dar resposta à emergência global da nova economia criativa, pois poderia criar novos postos de emprego.

1. Quais são os projectos do governo para alavancar a cultura?
2. (Se já houver) Existem mais projectos em vista para fazer crescer o sector cultura?
3. Na sua visão, como o Estado olha a área da cultura?
4. Quais são os passos que o Estado mostrou desde que criou o plano estratégico da cultura em 2012?
5. Quantos postos de trabalho existem para responder a área cultural?
6. Existem quadros qualificados com especialidade nas artes e culturas?

7. De 2014 que foi o ano que ocorreu a entrevista para 2020, houve criação de quantos postos de emprego?

8. Qual é a acumulação que se tem hoje de valor resultante das actividades culturais que o governo tenha arrecadado em coordenação com os artistas?

9. A verba orçamental alocada ao sector é suficiente para dar face aos objectivos que tem?

Relação do governo com as comunidades locais e a cultura

1. Os artistas participam nos projectos do governo na formulação das políticas culturais?
2. De que forma é que participam?
3. E quais são os seus anseios?
4. Sente que os artistas tem alguma maturidade para encarar a cultura como algo que possa gerar renda nas suas famílias?
5. O quê o governo faz para incentivar a valorização da arte e cultura?
6. Sente que infraestruturas suficientes para os artistas e comunidade ter acesso a arte e cultura?

Indicadores de monitoramento no distrito

1. Quantas formações artísticas existem no distrito?
2. Quais são os instrumentos existentes para controlarem e medirem as actividades culturais exercidas no distrito?
3. Como é feita a medição dos ganhos culturais?
4. Existem grupos ou particulares que tenham ganho algum emprego ou contrato por conta das atuações no governo?
5. Sente que o distrito representa o nível de crescimento económico por via das actividades culturais desenvolvidas no distrito?
6. Tem alguma consideração a acrescentar?

Obrigada!

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA RECOLHA DE DADOS

Guião de entrevista para os fazedores de arte e cultura

Perfil biográfico

Nome _____

Naturalidade _____ Sexo: Fem _____, Masc _____

Residência _____

Faixa etária: 18- 25 __, 26-33 __, 34-41 ____, 42-49, 50-57 ____, 58-65

Estado civil: Casado _____, Solteiro _____

Nível de escolaridade: Primário _____, Básico _____, Médio _____, Superior

Atividade artística praticada? _____

Qual é o local da prática das suas actividades? _____

Desde quando pratica? _____

Tem mais alguma actividade ocupacional? _____

Questões ligadas a atividade artística.

1. Como iniciou a atividade artística? Convite ou iniciativa própria?
2. Na sua opinião, qual é a obrigação do artista?
3. Como é que a sociedade encara o praticante da actividade artística?
4. As tarefas artistas que desempenha decorrem de formação especializada ou da experiência?
5. Qual a sua formação? Formal ou não formal
6. Acha que deveria haver (mais) formação formal nesta área ou a formação que tem é suficiente?

Questões ligadas a estrutura que superintende os artistas

1. Qual é a relação que tem com o governo do distrito?
2. Pertence a alguma associação ou grupo que discuta questões ligadas a atividade cultural?

3. Acha necessária a existência de alguma organização que regulamente o exercício artístico?
4. De que forma é que são envolvidos pelo governo local?
5. Sente-se representados pelo governo?
6. Existem equipamentos culturais, sejam elas, casas de cultura, cinema, dança, canto, teatro para realização das actividades culturais e encontros?
7. Os artistas tem tido espaço para expor a sua opinião sobre aspectos culturais a nível do Ministério de tutela ou do governo distrital?
8. Alguma vez os artistas elaboraram algum projecto para propor ao governo?

A Cultura como factor de desenvolvimento Económico

1. Sente que a arte e a cultura podem ser um caminho para gerar dinheiro no país?
2. Quais foram os investimentos na área da cultura nos últimos 06 anos? Houve alguma evolução na sua óptica?
3. Sente que o governo tem participado o suficiente para alavancar o sector da cultura? Se sim, de que forma?
4. Acha que há lugar para esta atividade no futuro ser valorizada como uma profissão a ponto de gerar postos de emprego?
5. Tem alguma coisa que gostaria de acrescentar?

Obrigada!